

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
2015-2025**

**Caetité/BA  
2015**

**PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
2015-2025**

*Plano realizado pela Comissão de Acompanhamento, Avaliação e Adequação do Plano Municipal de Educação – PME do Município de Caetité.*

*Orientadora: Professora Robélia Aragão da Costa*

**Caetité/BA  
2015**

**EQUIPE GESTORA DO MUNICÍPIO**

**PREFEITO**

José Barreira de Alencar Filho

**VICE-PREFEITA**

Maria de Fátima Silveira de Oliveira

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Rosemária Joazeiro Pinto de Sousa

**GRUPO COLABORATIVO**

Adriana Moreira Pimentel

Ana Farias Costa Silva

Andréa da Silva Torres

Anne Císera Teixeira de Santana

Cláudia Pinto Novais

Débora Carvalho dos Reis

Déborah Cristina dos Santos Ribeiro

Dulce Dilma Oliveira Neves

Edelveis Santos Costa

Elizângela Francisca Barbosa Borges

Emílio Aurélio de Carvalho Sousa

Enidete Fátima dos Santos Pinheiro

Fernanda Oliveira de Matos

Ginaldo Cardoso de Araújo

Iamara Junqueira Sousa Carvalho

Isana Gomes da Silva

Jorge Antônio dos Santos

Juliane dos Santos Amorim

Laura Bispo da Silva  
Leandro Ferreira de Jesus  
Leila Garcia Avelar  
Luciana Teixeira Duarte  
Marcílio Teixeira Alves  
Maria da Glória Pessoa Neves Fernandes  
Maria Nilza Fernandes Oliveira Alves  
Maria Regina de Souza Xavier  
Marta Juvênia Navarro Caramelo  
Marliro Fernandes de S. Brito  
Martielly Teixeira Fernandes Sousa  
Maura Patrícia da Silva Neves  
Paulo José Gomes Santos  
Poliana da Silva Gomes  
Rita de Cássia Moreira Rocha David  
Rita Natalina Trindade Neves  
Rosany Kátia Vilasboas Moreira Silva  
Rosemária Joazeiro Pinto de Sousa  
Rosicléia Jesus da Silva  
Silene Fernandes Pereira  
Tânia Bezerra da Silva  
Telma Jaíne da Silva Cardoso Teixeira Bomfim  
Teresa Letícia Souza Rodrigues  
Walquíria Ferreira de Matos  
Zacarias Fernandes Nogueira  
Zezito Rodrigues da Silva

## **COMISSÕES REPRESENTATIVAS**

### **a) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

- 1- Laura Bispo da Silva
- 2- Maria Regina de Souza Xavier
- 3- Martielly Teixeira Fernandes Sousa
- 4- Rita de Cássia Moreira Rocha David

**b) COMISSÃO REPRESENTATIVA DO ENSINO FUNDAMENTAL**

- 1- Debora Carvalho dos Reis
- 2- Emílio Aurélio de Carvalho Sousa
- 3- Cláudia Pinto Novais

**c) COMISSÃO REPRESENTATIVA DO ENSINO MÉDIO**

- 1- Adriana Moreira Pimentel
- 2- Maura Patrícia da Silva Neves

**d) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

- 1- Enidete Fátima dos Santos Pinheiro
- 2- Leila Garcia Avelar
- 3- Silene Fernandes Pereira
- 4- Telma Jaíne da Silva Cardoso Teixeira Bomfim

**e) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA POLÍTICA DA ALFABETIZAÇÃO**

- 1- Isana Gomes da Silva
- 2- Marta Juvênia Navarro Caramelo

**f) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL**

- 1- Luciana Teixeira Duarte
- 2- Walquíria Ferreira de Matos

**g) COMISSÃO REPRESENTATIVA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

- 1- Ana Farias Costa Silva
- 2- Marta Juvênia Navarro Caramelo
- 3- Rita Natalina Trindade Neves

**h) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

- 1- Anne Císera Teixeira de Santana
- 2- Edelweis Santos Costa
- 3- Maria da Glória Pessoa Neves Fernandes

**i) COMISSÃO REPRESENTATIVA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO**

- 1- Dulce Dilma Oliveira Neves
- 2- Poliana da Silva Gomes
- 3- Rosany Kátia Vilasboas Moreira Silva

**j) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

- 1- Ginaldo Cardoso de Araújo
- 2- Juliane dos Santos Amorim
- 3- Leandro Ferreira de Jesus
- 4- Marliro Fernandes de S. Brito
- 5- Rosicleia Jesus da Silva
- 6- Zezito Rodrigues da Silva

**l) COMISSÃO REPRESENTATIVA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

- 1- Deborah Cristina dos Santos Ribeiro
- 2- Iamara Junqueira Sousa Carvalho
- 3- Maria Nilza Fernandes Oliveira Alves

**m) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO**

- 1- Andréa da Silva Torres
- 2- Paulo José Gomes Santos
- 3- Telma Jaíne da Silva Cardoso Teixeira Bomfim

**n) COMISSÃO REPRESENTATIVA RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO**

- 1- Andréa da Silva Torres
- 2- Jorge Antônio dos Santos
- 3- Marcílio Teixeira Alves
- 4- Rosemária Joazeiro Pinto de Sousa
- 5- Zacarias Fernandes Nogueira

**o) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA**

- 1- Teresa Leticia Souza Rodrigues
- 2- Fernanda Oliveira de Matos

**p) COMISSÃO REPRESENTATIVA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO**

- 1- Elizângela Francisca Barbosa Borges
- 2- Tânia Bezerra da Silva

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC - Atividade Complementar  
AEE - Atendimento Educacional Especializado  
ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização  
AVE - Artes Visuais na Escola  
CAE - Conselho de Alimentação Escolar  
CAQ - Custo-aluno Qualidade  
CEE - Conselho Estadual de Educação  
CEEEEC - Centro Estadual de Educação Especial de Caetité  
CEPAG - Colégio Estadual Pedro Atanásio  
CEPEPE - Centro de Estudos e Pesquisas em Eletrônica Profissional e Informática  
CETEP - Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo  
CMDCA - Conselho Municipal de Desenvolvimento da Criança e Adolescente  
CME – Conselho Municipal de Educação  
CONSEPE - Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão  
COOPEC - Colégio da Cooperativa Educacional de Caetité  
CPA – Comissão Permanente de Avaliação  
DCH – Departamento de Ciência Humanas  
DIFAM - Diretoria de Fomento e Apoio Municipal  
EAD – Educação à Distância  
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente  
EJA - Educação de Jovens e Adultos  
EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.  
EMITEC - Ensino Médio com Intermediação Tecnológica  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
FACE - Festival da Canção Estudantil  
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FFCLC. - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité  
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério I

HAB – História Afro-Brasileira  
IAT - Instituto Anísio Teixeira  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IEAT - Instituto de Educação Anísio Teixeira  
IES - Instituições de Ensino Superior  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
JA - Juventude em Ação  
JERP - Jogos Estudantis  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases  
MASB - Museu do Alto Sertão da Bahia  
MDE - Manufatura e Desenvolvimento de Equipamentos  
MEC – Ministério da Educação  
NRE - Núcleo Regional de Educação  
NUCA – Núcleo de Cidadania dos Adolescentes de Caetité  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAR - Plano de Ações Articuladas  
PARFOR - Plataforma Freire  
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola  
PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola  
PIB - Produto Interno Bruto  
PMAQ – Programa da Melhoria do Acesso e Qualidade da Assistência  
PME – Plano Municipal de Educação  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNAIC - Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa  
PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura  
PODES – Pastoral dos Portadores de Direitos Especiais  
PPA – Plano Plurianual  
ProEMI - Programa Ensino Médio Inovador  
PROLIN - Programa de Formação de Professores da Educação Básica  
PROUNI. – Programa Universidade para Todos  
PSPN - Piso Salarial Profissional Nacional

REDA – Regime Especial de Direito Administrativo  
SEB - Secretaria de Educação Básica  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEC – Secretaria de Educação  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SESI – Serviço Social da Indústria  
SGE – Sistema Geral da Escola  
SIMPAIP - Sistema Informatizado do PAIP  
SME – Secretaria Municipal de Educação  
SUPROF - Superintendência da Educação Profissional  
TAL – Tempos de Arte Literária  
TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação  
TOPA – Todos pela Alfabetização  
U.E – Unidade Executora  
UNEB - Universidade do Estado da Bahia  
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância (em inglês United Nations Children's Fund)

## LISTA DE FIGURAS

Figura	01 - Catedral Nossa Senhora de Santana, 1930.....	25
Figura	02 - Catedral Nossa Senhora de Santana, séc. XVII.....	25
Figura	03 - Mapa da Vila Nova do Príncipe e Santana de Cayeté.....	25
Figura	04 - Localização atual da sede do município de Caetité.....	27
Figura	05 - Mapa do Município de Caetité.....	27
Figura	06 - Mesorregiões Geográficas da Bahia.....	28
Figura	07 - Microrregiões Geográficas da Bahia.....	28
Figura	08 - Regiões Econômicas da Serra Geral da Bahia.....	29
Figura	09 - Mapa da Zona Urbana de Caetité – 2006.....	31
Figura	10 - Principais Atividades Agrícolas do Município de Caetité.....	38
Figura	11 - Quadro de Proficiência.....	90

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População por Situação de Domicílio – 1970 a 2010.....	32
Tabela 02 - População por grupo de idade.....	35
Tabela 03 - População por Gênero.....	36
Tabela 04 - Estabelecimentos de saúde por tipo e localização.....	37
Tabela 05 - Dados sobre Indicadores de Renda e Pobreza.....	40
Tabela 06 - Desenvolvimento Humano 1991 a 2010.....	40
Tabela 07 - Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Caetité, por dependência administrativa 2010 a 2013.....	48
Tabela 08 - Frequência por ano dos nascimentos no município de Caetité....	48
Tabela 09 - Taxa de escolarização da Educação Infantil do município – 2010.....	49
Tabela 10 - Taxa de escolarização da Educação Infantil no município de Caetité, por localização - 2010.....	49
Tabela 11 - Formação dos professores da Educação Infantil – 2014.....	50
Tabela 12 - Evolução da matrícula da Educação Fundamental no município de Caetité, por dependência administrativa e localização nos anos 2011 a 2014.....	54
Tabela 13 - Percentual de Escolarização da população de 05 a 14 anos, 2000 e 2010.....	56
Tabela 14 - Nível Educacional da População de 11 a 17 anos, 2000 e 2010	56
Tabela 15 - Matrícula do Ensino Fundamental do Município de Caetité por distorção idade-série. 2013.....	57
Tabela 16 - Taxas de Rendimento do Diurno - Rede Municipal.....	58
Tabela 17 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos Iniciais	59
Tabela 18 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos Finais	60
Tabela 19 - Matrícula do Ensino Médio: 2009-2014.....	64
Tabela 20 - Resultado do ENEM por escola – Caetité – 2013.....	66
Tabela 21 - Taxas de Rendimento (2013).....	66
Tabela 22 - Distorção idade-série - Ensino Médio – Caetité - 2013.....	68
Tabela 23 - Matrículas da Educação Especial no Município de Caetité 2014	73
Tabela 24 - Matrículas da Educação Especial – Atendimento Educacional Especializado – AEE, no Município de Caetité 2014.....	73
Tabela 25 - Organização do Ensino Fundamental de 09 anos em Caetité entre 2007 a 2009.....	76

Tabela 26 - Organização do Ciclo de Aprendizagem a partir de 2010.....	76
Tabela 27 - Quantidade de alunos em Educação Integral - Ensino Fundamental.....	83
Tabela 28 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Fundamental 2005/2013.....	87
Tabela 29 - Serviços das escolas municipais – 2013.....	92
Tabela 30 - Dependências existentes nas escolas municipais.....	92
Tabela 31 - Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de Caetité (2009/2014).....	100
Tabela 32 - Nível Educacional da População Jovem, 1991, 2000 e 2010.....	100
Tabela 33 - Nível Educacional da população adulta com mais de 25 anos de idade nos anos de 1991, 2000 e 2010.....	101
Tabela 34 - Dados do Programa TOPA – Todos pela Alfabetização.....	102
Tabela 35 - Alunos Matriculados por Curso – Ano 2015.....	119
Tabela 36 - Demonstrativo do Total de Docentes por Titulação.....	120
Tabela 37 - Funções Docentes por Localização e Formação – Rede Estadual em 2013.....	123
Tabela 38 - Funções Docentes por Localização e Formação – Rede Municipal em 2013.....	124
Tabela 39 - Profissionais em educação, por nível de escolaridade na rede municipal em 2014/2015.....	127
Tabela 40 - Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2014/2015.....	128
Tabela 41 - Número de Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal – 2015.....	129
Tabela 42 - Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Estadual.....	134
Tabela 43 - Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Municipal.....	135
Tabela 44 - Número dos estabelecimentos escolares do município de Caetité, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica.....	135
Tabela 45 - Distribuição do planejamento por área do conhecimento – 2015	138
Tabela 46 - Número de Unidades Escolares Atendidas e Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal – 2015.....	139
Tabela 47 - Outras receitas do setor educacional do município de Caetité, administradas pela Prefeitura 2010-2013.....	147
Tabela 48 - Recursos Aplicados em Educação pelo Governo Municipal de Caetité, por nível ou modalidade de ensino 2010/2013.....	148
Tabela 49 - Despesas com educação do município de Caetité por categoria e elemento de despesa 2010/2013.....	148

Tabela 50 - Receita e Aplicação dos recursos recebidos do FUNDEF no município de Caetité 2010/2013.....	149
Tabela 51 - Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013 (Em R\$).....	149
Tabela 52 - Recursos da Educação no PPA (2010/2013).....	150

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Alunos matriculados no período de 2011 a 2014 (1º ao 3º ano)..	80
Gráfico 02 - Número de Professores alfabetizadores cadastrados.....	81
Gráfico 03 - Educação Integral - Percentual de Alunos e de Escolas.....	84
Gráfico 04 - Expansão da matrícula da educação profissional na Bahia, por forma de articulação.....	108

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1</b>	<b>ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>24</b>
2.1.1	Caracterização do Município.....	24
2.1.1.1	<i>Aspectos Históricos.....</i>	24
2.1.1.2	<i>Aspectos Geográficos.....</i>	26
2.1.1.3	<i>Aspectos Demográficos.....</i>	32
2.1.1.4	<i>Aspectos Socioeconômicos.....</i>	38
2.1.1.5	<i>Aspectos Culturais.....</i>	41
2.1.1.6	<i>Infraestrutura Material.....</i>	44
<b>2.2</b>	<b>ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>46</b>
2.2.1	Níveis da Educação: Educação Básica.....	46
2.2.1.1	<i>Educação Infantil.....</i>	46
2.2.1.2	<i>Ensino Fundamental.....</i>	54
2.2.1.3	<i>Ensino Médio.....</i>	63
<b>2.3</b>	<b>MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS.....</b>	<b>70</b>
2.3.1	Educação Especial.....	70
2.3.2	Política da Alfabetização.....	74
2.3.3	Educação em Tempo Integral.....	82
2.3.4	Qualidade da Educação Básica.....	86
2.3.5	Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	98
2.3.6	Educação Profissional de Nível Médio.....	108
2.3.7	Educação do Campo.....	112
2.3.8	Educação Quilombola.....	113
<b>2.4</b>	<b>EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>	<b>116</b>
2.4.1	Ensino Superior.....	116
2.4.1.1	O Campus VI da Universidade do Estado da Bahia em Caetité.....	118
2.4.1.2	O Centro Universitário UNINTER.....	120
<b>2.5</b>	<b>VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>121</b>
<b>2.6</b>	<b>GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....</b>	<b>129</b>
<b>2.7</b>	<b>RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO</b>	<b>146</b>

2.7.1	Investimento Público em Educação.....	146
3	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....	151
4	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	153
4.1	Meta 1 – Educação Infantil.....	153
4.2	Meta 2 – Ensino Fundamental.....	158
4.3	Meta 3 – Ensino Médio.....	160
4.4	Meta 4 – Inclusão.....	163
4.5	Meta 5 – Alfabetização Infantil.....	169
4.6	Meta 6 – Educação Integral.....	170
4.7	Meta 7 – Qualidade da Educação Básica/IDEB.....	171
4.8	Meta 8 – Elevação da escolaridade/Diversidade.....	177
4.9	Meta 9 – Alfabetização de jovens e adultos.....	178
4.10	Meta 10 – EJA Integrada.....	181
4.11	Meta 11 – Educação Profissional.....	182
4.12	Meta 12 – Educação Superior.....	182
4.13	Meta 13 – Qualidade da Educação Superior.....	186
4.14	Meta 14 – Pós-Graduação.....	187
4.15	Meta 15 – Profissionais de Educação.....	188
4.16	Meta 16 – Formação.....	188
4.17	Meta 17 – Valorização dos Profissionais do Magistério.....	189
4.18	Meta 18 – Planos de Carreira.....	190
4.19	Meta 19 – Gestão Democrática.....	191
4.20	Meta 20 – Financiamento da Educação.....	194
4.21	Meta 21 – Desigualdades étnico-raciais.....	196
4.22	Meta 22 – Avaliação do PME.....	197
5	REFERÊNCIAS.....	198

## 1. INTRODUÇÃO

A construção de um Plano Municipal de Educação significa um grande avanço, por se tratar de um plano de Estado e não somente um plano de governo. A sua aprovação pelo poder legislativo, transformando-o em lei municipal sancionada pelo chefe do executivo, confere-lhe poder de ultrapassar diferentes gestões.

Em Caetité, o primeiro Plano Municipal de Educação - PME foi elaborado e aprovado, pela Lei nº. 709, de 05 de julho de 2010, de forma democrática, como também procedeu em sua avaliação em 2015.

O PME propõe a superação de uma prática tão comum na educação brasileira: a descontinuidade que acontece em cada governo, recomeçar a história da educação, desconsiderando as boas políticas educacionais, por não terem sido de sua iniciativa. Com um plano com força de lei, respeitado por todos os dirigentes municipais, resgata-se o sentido da continuidade das políticas públicas.

A elaboração, avaliação e adequação de um Plano Municipal de Educação constitui-se como o momento de um planejamento e acompanhamento conjunto do governo com a sociedade civil, que, com base científica e com a utilização de recursos previsíveis, deve ter como intuito responder às necessidades sociais.

Todavia, só a participação da sociedade civil (Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB, Universidade Pública – UNEB - e Privada - Centro de Estudos Dimensão; Sindicatos - Servidores Públicos Municipais; Câmara Municipal de Vereadores; Núcleo Regional de Educação – NRE 13; Colégio da Cooperativa Educacional de Caetité – COOPEC; Escolas Particulares; Conselhos Escolares, Diretores das Escolas, Professores, Estudantes, entre outros) é que garantirá a efetivação das diretrizes, metas e estratégias planejadas.

O processo de avaliação do Plano Municipal de Educação constituiu-se de etapas como: mobilização, organização e acompanhamento, assegurando que todo o município tivesse a condição de discutir e contribuir na revisão do Plano Municipal de Educação, cuja primeira finalidade é construir de uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido, este Plano Municipal de Educação representa o esforço conjunto realizado pelos diferentes segmentos de nosso município e procurou sintetizar um conjunto de perspectivas que, assumidas pelo poder público municipal, possam conduzir a esperança de um mundo melhor, atingindo os objetivos encontrados e

estabelecidos por meio de metas e estratégias, recursos racionalmente definidos, garantindo o princípio da educação como direito de todos, como processo de inclusão social e de indução ao desenvolvimento econômico, social e cultural do município.

Trata-se do Plano Municipal de Educação de Caetité, que será o norteador da política educacional do município para os próximos dez anos.

Lembramos que, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal nº. 9.394/96, o município deverá desenvolver suas ações educacionais de forma integrada às Políticas e Planos Estadual e Nacional de Educação.

Destarte, este Plano Municipal foi elaborado consoante às diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº. 13.005 de 24 de junho de 2014, e do Plano Estadual de Educação, aprovado pela Lei nº. 10.330 de 15 de setembro de 2006, que objetiva contribuir, gradativamente, para a melhoria das condições e da qualidade de vida de toda a sociedade, propondo uma educação de qualidade em todos os níveis; elevação global do nível de escolarização da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública; a democratização da gestão em todos os níveis e a realização de uma educação efetivamente inclusiva.

Este Plano Municipal de Educação, que projeta políticas públicas e fixa estratégias para a Educação Municipal em diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, concretamente responsabiliza-se pelas demandas e respectivos recursos para suas redes de ensino e seu crescimento nas áreas da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior com ações em curto, médio e longo prazo, tendo como fundamento as 10 diretrizes do PNE, implementados no Art. 2º da Lei Federal nº. 13.005 de 24 de junho de 2014:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

E em consonância com as 20 metas estabelecidas:

**META 01:** Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

**META 02:** Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

**META 03:** Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

**META 04:** Universalizar, para a população de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

**META 05:** Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

**META 06:** Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

**META 07:** Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

**META 08:** Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**META 09:** Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

**META 10:** Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

**META 11:** Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

**META 12:** Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

**META 13:** Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

**META 14:** Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

**META 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 01 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

**META 16:** Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

**META 17:** Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

**META 18:** Assegurar, no prazo de 02 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

**META 19:** Assegurar condições, no prazo de 02 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

**META 20:** Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

## **2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO**

### **2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO**

#### **2.1.1 Caracterização do Município**

##### **2.1.1.1 Aspectos Históricos**

Caetité se localiza na porção Sudoeste do estado, numa região tradicionalmente conhecida como Sertão ou ainda Alto Sertão, essa expressão teria sua origem na formação territorial do Brasil Colônia, e foi muito usada no século XIX para demarcar espacialmente uma porção do território baiano distante da faixa litorânea, divisa com Minas Gerais, com economia tradicional, marcada pelas secas, pela precariedade na comunicação e nos meios de transporte.

Correspondia, no período colonial ao Morgadio<sup>1</sup> Guedes de Brito – Casa da Ponte, que monopolizava a propriedade fundiária da margem direita do Rio São Francisco nos Sertões da Bahia e de Minas Gerais. (MATOS, 2014 in ESTRELA, 2003, p. 36).

De acordo Matos (2014), estudos arqueológicos recentes, comprovam a presença humana na região de Caetité a mais ou menos seis mil anos, mas a literatura Histórica existente, data de 1730 as primeiras notícias de Caetité como ponto de passagem e de pouso para as Entradas e Bandeiras que demandavam o sertão. Com a exploração de ouro, a região se tornou passagem obrigatória e ponto de abastecimento e repouso para as Bandeiras do Sul e para as minas do Rio de Contas e Monte Alto.

Etimologicamente, o nome Caetité vem de expressões do tupi: CAA (mata), ITA (pedra) e ETÉ (grande) e significa “mata da pedra grande”, segundo a tradição, o núcleo antigo da cidade se deu em torno de uma grande pedra de granito, cuja forma era visível à distância, como se tivesse surgido do meio da floresta.

---

<sup>1</sup> Segundo o historiador Erivaldo Fagundes Neves o morgado constituía-se de patrimônio vinculado, indivisível e inalienável, transferível hereditariamente ao primogênito, de modo assemelhado às monarquias hereditárias.

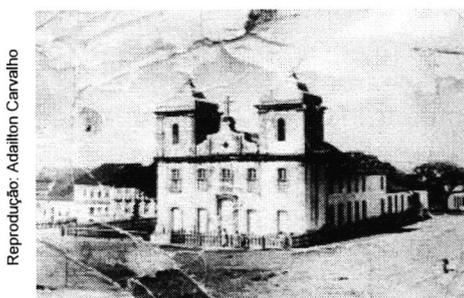
No começo do século XVIII, surgiu a povoação de Caitaté. Em 1740 foi construída uma capela sob a invocação de Santa Ana, filiada à Matriz de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas, tornando-se a localidade, então, arraial.

Figura 01. Catedral Nossa Senhora de Santana, 1930.



Fonte: <http://imagens.google.com.br/images>

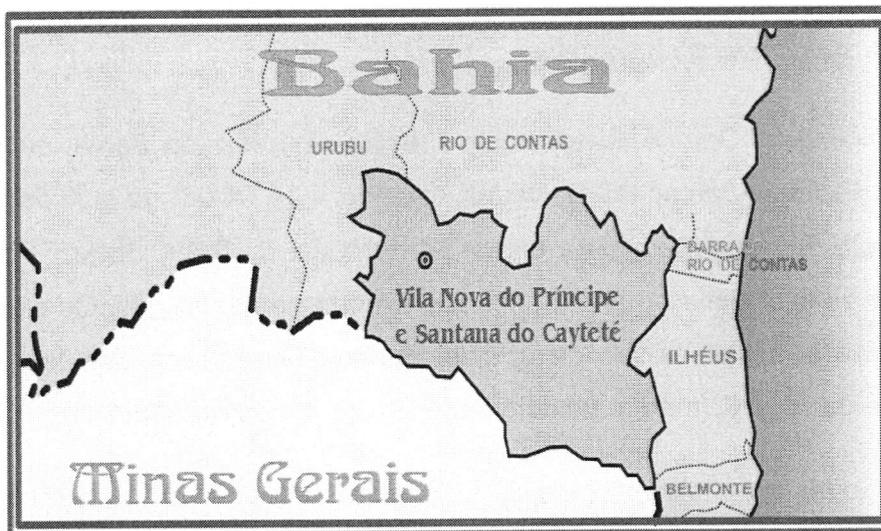
Figura 02. Catedral Nossa Senhora de Santana, séc. XVII.



Em 1754 o arraial de Santana foi elevado a Freguesia e abrangia uma extensão de terras que se estendiam até o norte do estado de Minas Gerais, terras que pertenciam à Casa da Ponte, com o nome de Santa Ana do Caiteté.

No início do século XIX, a freguesia de Caeté já se organizava para comprar da Coroa o título de Vila e depois de enfrentar forte oposição de Rio de Contas, foi elevada à categoria de Vila em 05 de abril de 1810, ocupando boa quantidade das terras do sudoeste da Bahia e fazendo fronteira com as Vilas já existentes de Ilhéus, Rio de Contas e Urubu e com o Estado de Minas Gerais como mostra o mapa abaixo.

Figura 03. Mapa da Vila Nova do Príncipe e Santana de Cayeté.



Disponível em <http://pt.wikipedia.org/>

Em 12 de outubro de 1867, através da Lei Estadual nº. 995, a vila foi elevada a cidade, com nome de Caetité. De seu território originaram-se 47 municípios.

Através das diversas pesquisas, tornou-se possível verificar que o crescimento da cidade se deu a partir de 1920, isso porque, em 1926, foi implantada a Escola Normal em Caetité, um grande marco para a educação baiana. Com isso, chegaram à cidade diversas pessoas para estudar e também alguns professores vindos de outras localidades para lecionar nessa escola. Dessa forma, a cidade começou a crescer e outros serviços foram surgindo, principalmente o comércio.

Nota-se, então, que a expansão urbana de Caetité está relacionada a diversos fatores tanto de ordem histórica quanto econômica, fatores que foram e são relevantes para o desenvolvimento e crescimento local. Conforme as diversas fontes consultadas, Caetité é uma cidade que ganhou grande destaque no cenário baiano em virtude da educação, também pelo clima e água de qualidade, além de seu povo hospitaleiro. Estes fatores contribuíram bastante para atrair pessoas de várias localidades.

Após a implantação das rodovias, já na década de 1970, a pavimentação delas e a descoberta do Urânio no município, Caetité passou a ter um grande desenvolvimento e crescimento urbano, conseqüentemente, o espaço sofreu grandes modificações.

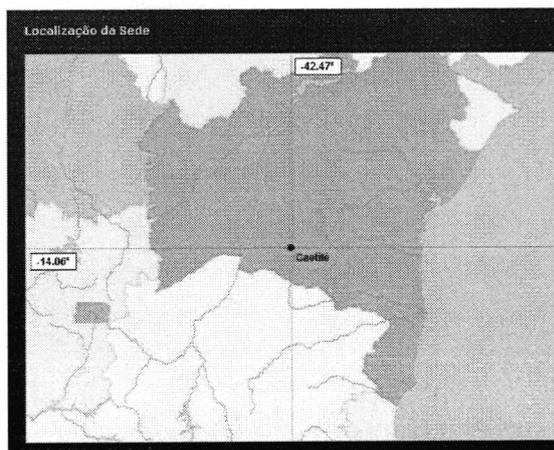
#### **2.1.1.2 Aspectos Geográficos**

O município de Caetité, localizado na região sudoeste da Bahia, encontra-se a 750 km de distância da capital, Salvador, estando a 14°04'08" de latitude sul e 42°28'30" de longitude oeste, tem uma extensão territorial de 2.306,38 km<sup>2</sup>, altitude de 825 metros. Possui clima ameno, apesar de situado no semi-árido. Os períodos de maior insolação são nos meses de abril e agosto (200 horas), sua temperatura média anual é de 21,4°C (média máxima de 26,8°C e mínima de 16,4°C).

Segundo a regionalização da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), Caetité integra a região econômica da Serra Geral da Bahia. Confronta-se com os municípios de: Paramirim e Tanque Novo, ao norte; Livramento

de Nossa Senhora, ao nordeste; Lagoa Real, a leste; Ibiassucê e Caculé, ao sudoeste; Pindaí, ao sul; Guanambi, a oeste; e Igaporã, ao noroeste. Além do distrito sede, Caetité tem também alguns distritos, que são: Brejinho das Ametistas, a 24 km; Caldeiras, a 60 km; Maniaçu, 28 km; e Pajeú do Vento, a 26 km. Além disso, alguns povoados se destacam, como Anguá, Campinas, Juazeiro, Santa Luzia e Umbuzeiro.

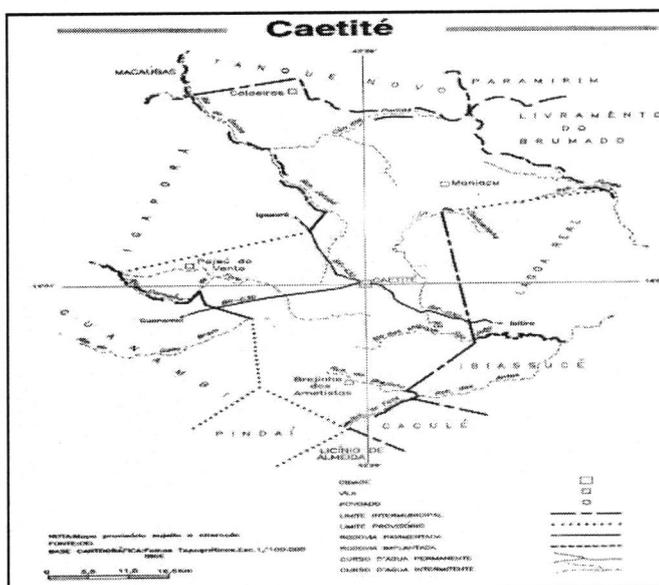
Figura 04. Localização atual da sede do município de Caetité



Fonte: IBGE

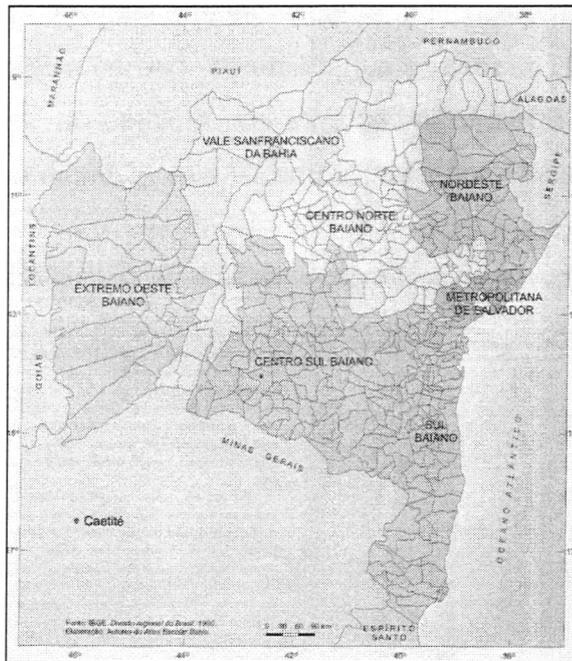
De acordo com dados informativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município está inserido na microrregião geográfica de Guanambi, localizada na mesorregião do Centro Sul Baiano.

Figura 05. Mapa do Município de Caetité



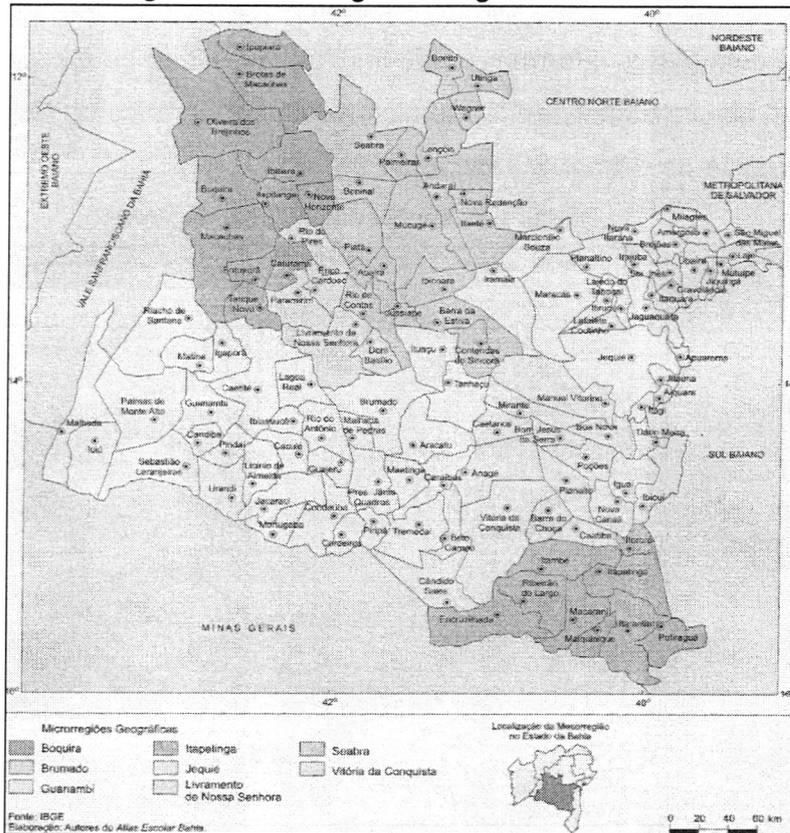
Fonte: CEI, 1994

Figura 06. Mesorregiões Geográficas da Bahia.



Fonte: Atlas Escolar, 2004.

Figura 07. Microrregiões Geográficas da Bahia.



Fonte: Atlas Escolar, 2004.



Observando a vegetação e ecossistemas, nota-se que o município apresenta características de cerrado e caatinga. Em meio ao cerrado - denominado localmente de "gerais" - surgem ilhas de mata com características de floresta tropical, chamadas de "capões". Com referência à sua hidrografia, os rios principais são: Riacho do Alegre, Riacho das Pedreiras, Riacho do Jacaraci, Riacho do Jatobá, Moita dos Porcos, Passagem da Pedra, Rio Santo Onofre, Rio São João; alguns açudes como: Passagem da Onça, Tanque do Governo e outros. O abastecimento de água para a cidade durante muito tempo adveio da barragem localizada na Passagem da Pedra, hoje necessitando de suporte das "águas do São Francisco" buscando –a na cidade de Guanambi. O tratamento de água é feito pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA, no local denominado Paraíso. Os principais problemas ecológicos apresentados na região são: o desmatamento indiscriminado para a produção de carvão, destinado à Magnesita em Brumado, ao consumo das grandes Siderúrgicas de Minas Gerais e também para atender ao polo ceramista local como também o desmatamento gerado pelas empresas de exploração mineral.

Em Caetité foram identificadas diversas espécies vegetais, algumas delas únicas (caso da palmeira "coco de vassoura"), estudada boa parte delas pelo *The New York Botanical Garden*, na década de 1980. Nota-se que falta fiscalização dos órgãos públicos e demais entidades responsáveis pela preservação ambiental, no sentido de evitar que danos maiores à natureza continuem acontecendo, além disso faltam projetos para conscientização da comunidade.

A sede possui relevo acidentado. O centro, que é a parte mais antiga da cidade, compreende a área circunvizinha à Praça Matriz da Catedral de Senhora Santana, onde estão situados a Prefeitura Municipal, os Correios, a Câmara de Vereadores, o Arquivo Público Municipal, as agências bancárias, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), algumas escolas e outras instituições públicas e privadas. Os bairros, 14 no total, além do Centro, compreendem ao sul: Observatório, Alto do Cristo e Bosque do Jacaraci, saída para o distrito de Brejinho da Ametistas; ao norte: Chácara, Alto Buenos Aires, Ovídio Teixeira, Santo Antônio e Nossa Senhora da Paz, Prisco Viana; a leste: Santa Rita, onde está localizado o fórum; a oeste: São José, São Vicente, Rancho Alegre e Baraúna

Figura 09. Mapa da Zona Urbana de Caetité – 2006



Fonte: Secretaria de Infraestrutura

### 2.1.1.3 Aspectos Demográficos

Segundo o IBGE, a população municipal totalizava 47.515 habitantes no ano de 2010. O município de Caetité passou por significativas mudanças geográficas na última década, a taxa do crescimento da população, se difere do país que tem se apresentado declinante, tendência esta que deverá continuar nos próximos anos. A queda no ritmo da taxa de crescimento demográfico está diretamente atrelada ao declínio da taxa de fecundidade do Estado, que, de acordo com os dados dos censos demográficos, ficou reduzida significativamente, passando de 6,2 filhos/mulher, em 1980, para 3,6 filhos/mulher, em 1991, e, posteriormente, declinou para 2,5 filhos/mulher, em 2000. No ano de 2005, a taxa foi para 2,2 filhos/mulher, já em 2010 a taxa foi de 1,86 filhos/mulher.

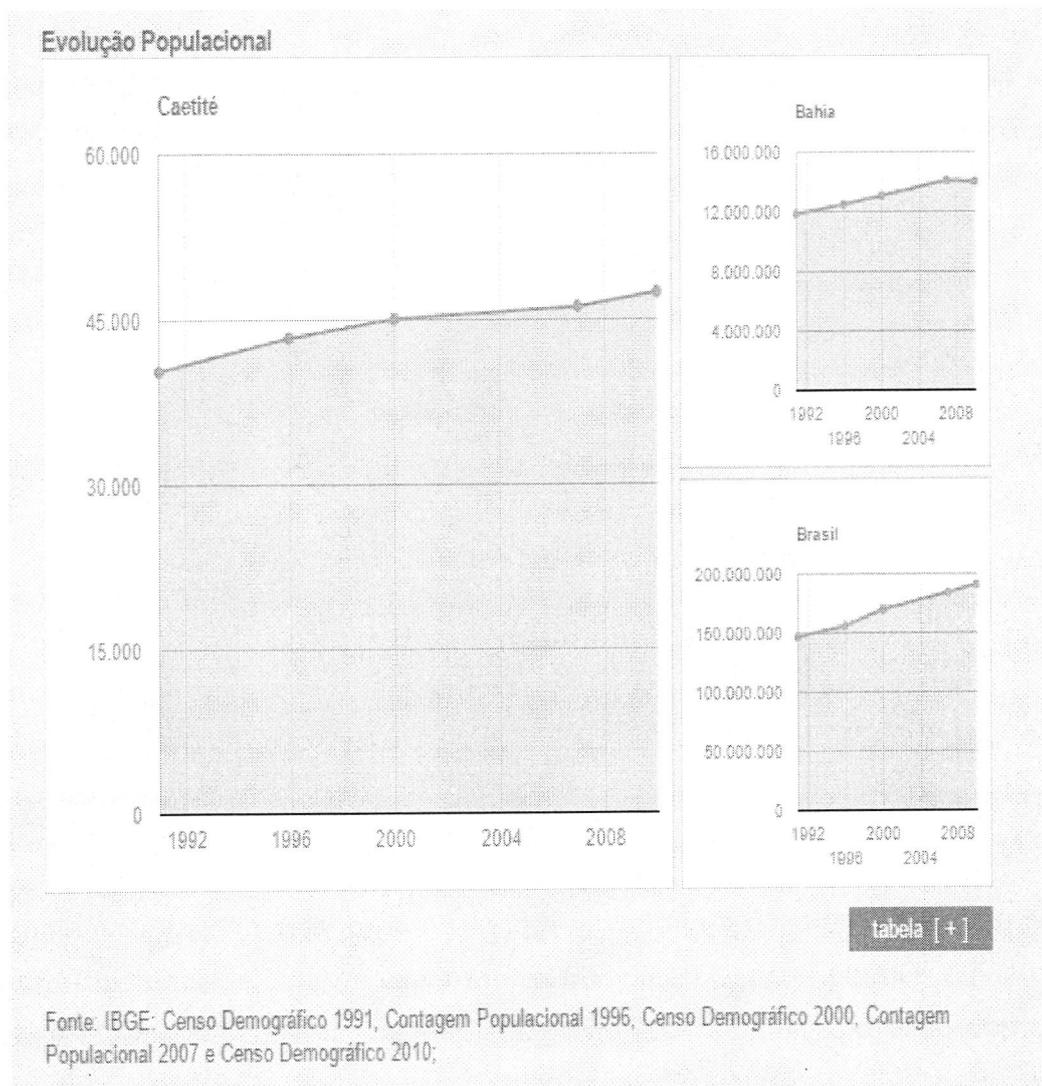
**Tabela 01. População por Situação de Domicílio – 1970 a 2010.**

<b>INDICADORES DEMOGRÁFICOS, POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXA DE URBANIZAÇÃO, DENSIDADE DEMOGRÁFICA (1970-210).</b>					
<b>ANO</b>	<b>POPULAÇÃO RESIDENTE</b>			<b>TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)</b>	<b>DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/Km<sup>2</sup>)</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>URBANA</b>	<b>RURAL</b>		
<b>1970</b>	40.200	8.731	31.469	21,72	13,80
<b>1980</b>	45.319	11.287	34.032	24,91	15,60
<b>1991</b>	40.380	16.925	23.455	41,92	21,27
<b>2000</b>	45.090	23.459	21.631	52,00	23,78
<b>2007</b>	46.192	25.907	20.285	56,10	20,03
<b>2010</b>	47,515	28.456	19.068	59,00	19,45

Fonte. IBGE, CEI e Atlas do Desenvolvimento humano 1970 -2007

Analisando os dados acima, correspondentes aos anos de 1970 a 2010, percebemos que a população total cresce num ritmo lento, acompanhando a

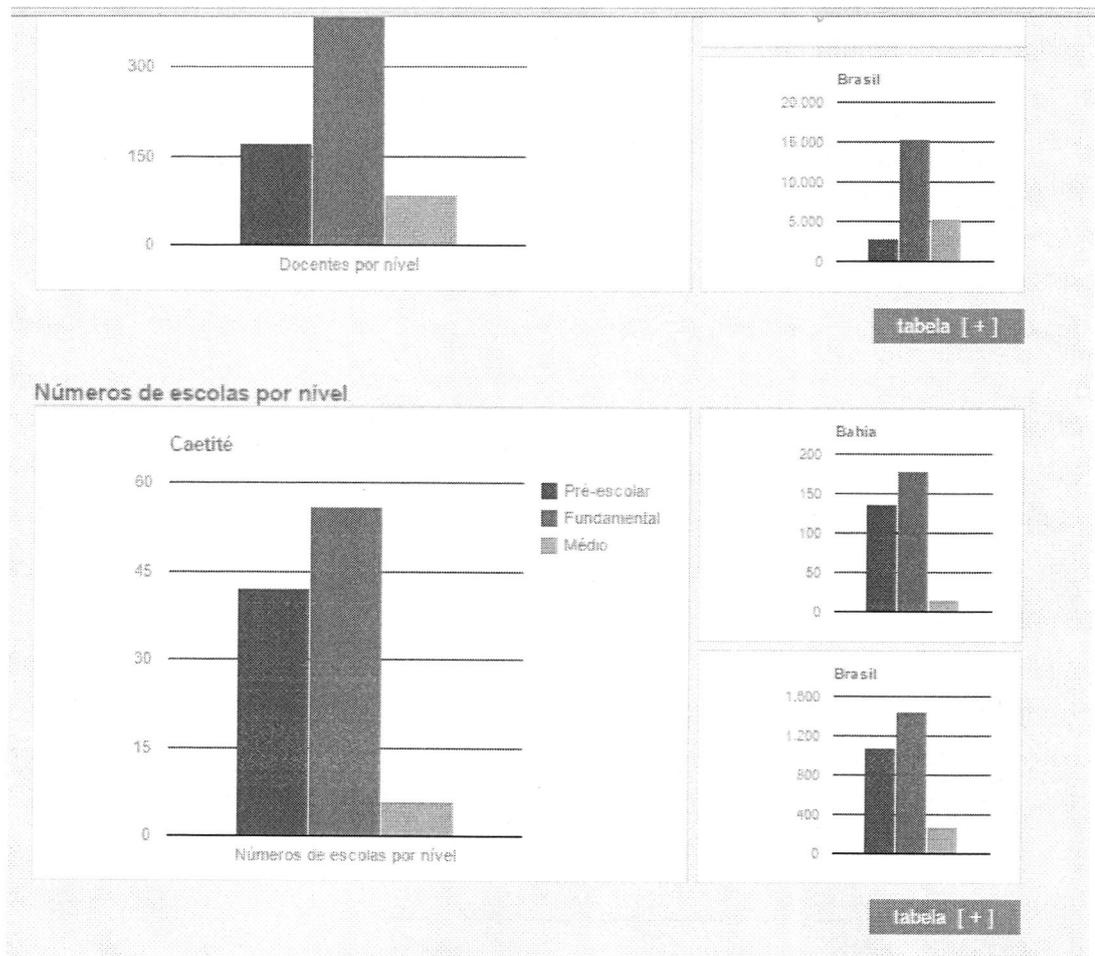
tendência nacional, passando de 40.200 para 47.515 habitantes. Enquanto a população urbana cresceu rapidamente, passando de 8.731 para 28.456 habitantes, nesse mesmo período houve o declínio da população rural, passando de 31.469 para 19.068 habitantes.



Segundo o IBGE a população estimada do município de Caetité em 2014 é de 52.353 habitantes.

Em relação à composição etária da população, têm ocorrido mudanças importantes e significativas na formulação das políticas públicas. Verifica-se uma moderada pressão por políticas dirigidas à infância, como a oferta de Educação Infantil e Fundamental (**Gráfico 01. Fonte IBGE**), além da saúde materno-infantil (embora

haja uma demanda não atendida), e uma forte pressão pela expansão do atendimento dos programas para idosos, em especial, para saúde e lazer.



No âmbito do mercado de trabalho, a pressão de origem demográfica ainda se fará presente durante anos, constituindo-se em efeito de caráter duradouro. Isso ocorre porque esse crescimento da População Economicamente Ativa atual é resultante dos tempos de alta fecundidade ocorridos no passado. Esse processo irá manter-se, embora em menor intensidade, até o final da presente década. Ou seja, pelo lado da oferta, o desafio será conviver com uma pressão, de origem demográfica, por mais empregos, pelo menos até o ano de 2020.

Tabela 02. População por grupo de idade

INFORMAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAETITÉ								
População (1) (Localização / Faixa Etária)	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	Mais de 35 anos	Total
Urbana	1.676	878	4.252	1.688	4.292	5.160	10.501	28.447
Rural	1.004	559	3.055	1.235	2.558	2.655	7.995	19.061
<b>Total</b>	2.680	1.437	7.307	2.923	6.850	7.815	18.496	47.508
PIB (2)	IDH (3)	IDI (4)		Taxa de analfabetismo (5)				
242.843	0.67	0.49		População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais			
				9,60	30,70			
<p>FONTE: (1) IBGE - CONTAGEM 2007; (2) IBGE - 2005, VALOR EM MIL; (3) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - PNUD - 2000; (4) ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA - UNICEF - 2004; (5) IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 2000</p> <p>NOTA: NO RESULTADO TOTAL DA POPULAÇÃO, O IBGE INCLUI A POPULAÇÃO ESTIMADA NOS DOMICÍLIOS FECHADOS ALÉM DA POPULAÇÃO RECENSEADA. NO CASO DOS MUNICÍPIOS QUE NÃO PARTICIPARAM DA CONTAGEM, A POPULAÇÃO É TODA ESTIMADA.</p>								

Fonte: MEC – Indicadores Demográficos e Educacionais

Constata-se, pela tabela acima, a redução relativa e absoluta dos grupos de idade de 0 a 3 anos, 4 a 5 anos, 6 a 14 anos e 15 a 17 anos. Essas projeções decorreram da queda persistente e acentuada da taxa de fecundidade observada desde 2000.

A taxa de analfabetismo entre as pessoas de 10 a 15 anos é menor que na população com mais de 15 anos. Crê-se que, o analfabetismo no Brasil é um fenômeno em processo de superação, pois o envelhecimento demográfico se incumbirá de gradualmente reduzir esse problema a uma parcela minoritária do crescente círculo etário dos idosos.

Levantamento elaborado a partir dos censos demográficos disponibilizados pelo DATASUS que, por sua vez, utiliza fontes do IBGE registra em 2010 uma taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade de 20,10%.

Uma grande desigualdade é observada quando se focaliza a questão de gênero em Caetité. As mulheres estão assumindo cada vez mais uma dupla jornada de trabalho, inclusive vem se ampliando o número de domicílios chefiados e mantidos por mulheres entre 1991 e 2000.

**Tabela 03. População por Gênero**

<b>POPULAÇÃO</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Total	40.200	45.319	40.380	45.090	47, 515
Masculina	19.663	22.315	19.865	22.269	23.422
Feminina	20.537	23.004	20.515	22.821	24.102

Fonte:IBGE – Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Em Caetité, no início da década de 90, a população feminina era de 20.515 enquanto a população masculina contabilizava 19.865. Esta grande diferença populacional de gênero foi praticamente equiparada no ano de 2000, quando o número de mulheres residentes neste município chegou a apenas 552 a mais que o número de homens. O que chama atenção é que em 2010 o número de mulheres aumentou consideravelmente para 24.102, trazendo de volta, portanto, a desigualdade populacional em gênero.

A cidade de Caetité não possui saneamento básico. O esgotamento da cidade se dá através de fossas (nem sempre sépticas). Os efluentes são ligados à rede de água pluvial, tendo como destino final os três riachos que cortam a cidade, nascentes do

Rio São João. Esses riachos, Alegre, Jatobá e das Pedreiras, funcionam como esgoto a céu aberto, responsáveis pelas endemias de veiculação hídrica.

Em 2004 o Município de Caetité elaborou projeto de saneamento básico, constituído de esgotamento, aterro sanitário e cemitério municipal. O esgotamento sanitário, segundo o projeto, é constituído de: 86 Km de rede coletora, 15 Km de interceptores, 4 Km de emissário e a estação biológica de tratamento de esgoto.

O atendimento à saúde da população caetiteense ainda é precário no que se refere à atenção básica. Para a reversão desse quadro, é necessário adotar Políticas Públicas Estratégicas de Saúde, no sentido de privilegiar o atendimento básico e preventivo à população, assim como alinhar políticas transversais de saneamento básico, educação e direitos humanos, como forma de reduzir a proliferação de doenças provocadas pela ausência dessas políticas públicas.

**Tabela 04 . Estabelecimentos de saúde por tipo e localização**

Números de estabelecimentos de saúde						
Localização	Posto de saúde	Centro de saúde	Unidade mista	Pronto Socorro	Hospital	Outros * UTI móvel ** PSF
Urbana	02	01	12	01	01	01*
Rural	05	-	-	-	-	03 *

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – 2009

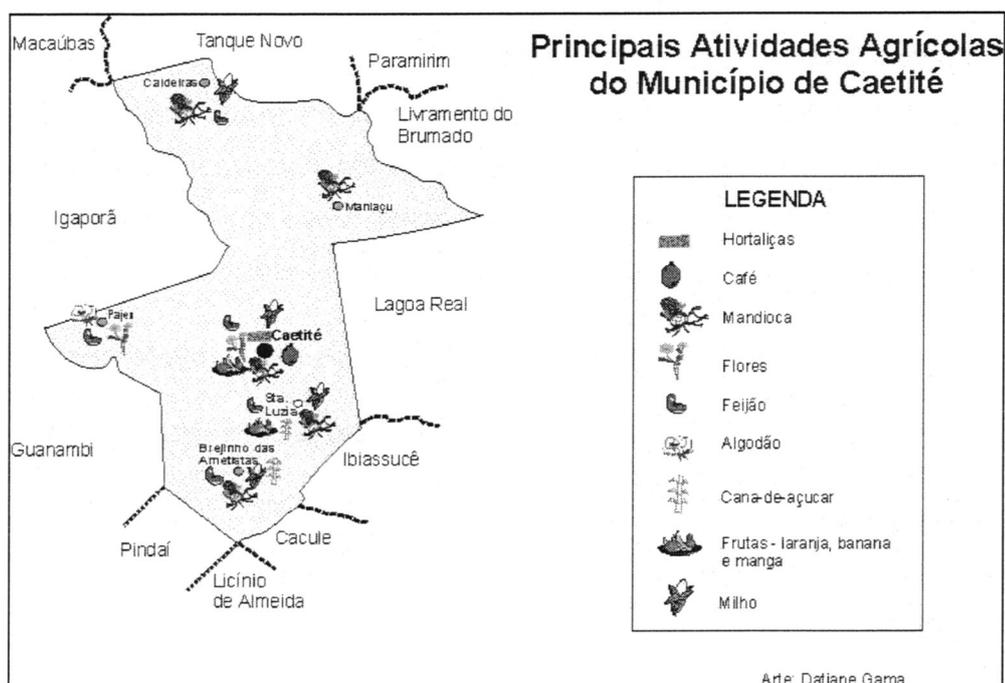
Conforme os dados da tabela acima, o quantitativo de estabelecimentos de saúde não atende a demanda da população, no que se refere aos serviços básicos e preventivos de saúde.

O município não dispõe de serviços de saúde de média e alta complexidade, disponibilizando apenas os serviços de atenção psicossocial, diagnose, terapia, controle epidemiológico (dengue, calazar, esquistossomose e chagas) e vigilância sanitária.

#### 2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos

O município tem uma economia que gira em torno do comércio, da agropecuária e da mineração. Na agricultura, as culturas de subsistência são: mandioca, feijão, milho, cana-de-açúcar, frutas e hortaliças diversas; em menor escala tem o algodão e o arroz.

**Figura 10. Principais Atividades Agrícolas do Município de Caetité**



Fonte: Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Caetité - 2009

Além disso, Caetité é um dos grandes produtores de cachaça do estado da Bahia, tendo como referência o povoado de Santa Luzia. Um outro produto que também se destaca é a farinha de mandioca, fabricada em maior quantidade no distrito de Maniaçu, existindo no município diversas casas de farinha construídas através dos convênios de associações de moradores locais com entidades públicas, bancos, com verbas provenientes do governo federal.

Esses produtos têm uma grande exportação para várias partes do estado e também do país. Na pecuária há a criação de rebanhos como: bovinos, suínos, caprinos e ovinos.

O que vem chamando grande atenção, além de atrair pessoas de diversos lugares para este município, são as riquezas minerais encontradas nesta região. Além da ametista, que já era explorada há décadas no distrito de Brejinho das Ametistas, do urânio, que já é destaque internacional, e do manganês na divisa com o município de Licínio de Almeida, recentemente foi descoberta uma grande reserva de minério de Ferro, uma das maiores do país, onde há perspectivas de grande prosperidade. Além desses fatores citados, as rodovias também são relevantes no desenvolvimento do município, especialmente no processo de urbanização. Importante destacar ainda que, além de todas essas vantagens, Caetité tem uma privilegiada localização geográfica. O município de Caetité possui um grande potencial eólico apresentado pela ocorrência de ventos regulares, o que transformou a cidade rapidamente no maior complexo eólico da América Latina, a energia do local poderia abastecer uma cidade com quase 3 milhões de habitantes. No entanto, um empreendimento deste porte merece atenção, pois os parques eólicos têm causado grandes impactos sociais e ambientais.

O fato de as rodovias cruzarem a sede urbana facilitou para que algumas indústrias instalassem suas fábricas nesta cidade. Com isso, surgiram diversos empregos, o que, além de amenizar um pouco as dificuldades encontradas pelos municípes, tais como: o desemprego, a fome e a violência, colaborou para a urbanização. Atualmente é possível perceber, em vários pontos da cidade, as inúmeras construções tanto residenciais quanto comerciais que vêm contribuindo com o desenvolvimento local.

Já a população economicamente ativa compreende todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade, que constituem a força de trabalho do país. Abrange os empregados e empregadores, os trabalhadores autônomos, trabalhadores que estão temporariamente desempregados. A população não economicamente ativa é formada, principalmente, por aposentados, donas-de-casa, estudantes, inválidos e crianças.

Segundo o Censo demográfico – 2010, em Caetité a população economicamente ativa somava 34.686 pessoas, sendo 31.455 em atividade econômica e 3.231 fora do mercado de trabalho.

**Tabela 05. Dados sobre Indicadores de Renda e Pobreza**

INDICADORES DE RENDA E POBREZA (TAXAS)			
Indicador	1991	2000	2010
IDH – municipal	0,331	0,454	0,625
Renda per capita	71,30	108,25	405,31
% de pobre	78,63	61,51	32,54
Índice de Gini	0,63	0,66	0,59

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano

**NOTA:** O Índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita

Analisando os dados apresentados acima, percebe-se que a renda *per capita* do município cresceu, passando de R\$ 71,30 em 1991 para R\$ 405,31 em 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 78,63%, em 1991, para 32,54%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,63, em 1991, para 0,66, em 2000, e para 0,59, em 2010.

Observando os índices apresentados em relação ao desenvolvimento humano municipal, nota-se um crescimento em relação aos indicadores sociais.

**Tabela 06. Desenvolvimento Humano 1991 a 2010**

ÍNDICES			
INDICADORES	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,331	0,454	0,625
1. Expectativa de Anos de Estudo	6,21	7,39	7,96
2. Esperança de vida ao nascer	62,9	68,5	73,0

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 7,39 anos para 7,96 anos, no município, enquanto na UF passou de 7,28 anos para 8,63 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 6,21 anos, no município, e de 5,75 anos, na UF.

#### **2.1.1.5 Aspectos Culturais**

O município de Caetité conta com bibliotecas públicas, museus, teatros, grupos de música, de teatro e folclórico, Arquivo Público Municipal, associação literária, vídeolocadoras, clubes, ginásio poliesportivo e estádio.

No que diz respeito ao patrimônio cultural, destacam-se os seguintes bens culturais e materiais registrados pelo IPAC – Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia: três capelas, oito casas residenciais, um palácio episcopal, uma igreja, uma catedral, um seminário e uma estação meteorológica. Além disso, estão registrados patrimônios naturais como: cachoeiras, grutas, entre outros.

Recentemente, muitos estudos arqueológicos foram realizados no município por ocasião da implantação de parques de energia eólica, estes resultaram na catalogação de mais de sessenta sítios arqueológicos e mais de cento e cinquenta sítios arqueológicos de interesse histórico.

Classificação	Denominação do Bem Cultural	Livro de Inscrição	Âmbito de Proteção
■	<u>Capela de São Sebastião</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
■	<u>Casa da Fazenda Brejo dos Padres (atual Fazenda Bom Jesus)</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
■	<u>Casa da Fazenda Santa Bárbara</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
■	<u>Casa da Praça Rodrigues Lima, nº 105</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
■	<u>Casa da Praça Rodrigues Lima, nº 178</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
■	<u>Casa da Praça Rodrigues Lima, nº 76</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
■	<u>Casa de Anísio Teixeira</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
■	<u>Casa de Câmara e Cadeia (Caetité)</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
■	<u>Casa do Barão de Caetité</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
■	<u>Casa do Coronel Cazuzinha</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
■	<u>Casa Natal de Cesar Zama</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
■	<u>Hotel Caetité</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
■	<u>Igreja de São Benedito</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado
●	<u>Imóveis da Cidade de Caetité (Poligonal)</u>	Livro do Tombamento dos Bens Imóveis	Estado

■ BEM TOMBADO PELO ESTADO

● BEM TOMBADO PELA UNIÃO

● NÚCLEO HISTÓRICO E CONJUNTO ARQUITETÔNICO E/OU PAISAGÍSTICO TOMBADOS PELO ESTADO

▲ ACERVO ARQUEOLÓGICO

★ NÚCLEO HISTÓRICO E CONJUNTO ARQUITETÔNICO E/OU PAISAGÍSTICO TOMBADOS PELA UNIÃO

● BEM REGISTRADO PELO ESTADO

● BEM REGISTRADO PELA UNIÃO

Fonte: IPAC

<http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/municipio/caetite/#> Acesso: 05/05/2015

Temos como manifestações culturais, no município, o Boi de Idalino, Reisado, bonecões, Filarmônica Álvaro Vilarés Neves, incelências (carpideiras), baianas, capoeira, artesanato, casas de farinha, casas de engenho, alambiques, lapidação de pedras semipreciosas. E como eventos culturais do município:



Sítio Arqueológico Moita dos Porcos – Zona Rural de Caetité

Reisado, realizado a partir do primeiro domingo de mês de janeiro; Lavagem da Esquina do Padre, que acontece quando faltam oito dias para o carnaval; Elevação de Caetité a Vila, dia 05 de abril; São João dos bairros e distritos, festas juninas do dia 11/06 a 27/06; Independência da Bahia - 2 de Julho; Festa da padroeira da cidade – Nossa Senhora Santana, do dia 17/07 ao dia 26/07; Aniversário da cidade, dia 12/10;.

#### FERIADOS MUNICIPAIS

DIA DA SEMANA	COMEMORAÇÃO
05/04	Elevação de Caetité à Categoria de Vila
02/07	Independência da Bahia
12/07	Aniversário de Anísio Teixeira
26/07	Festa da Padroeira da Cidade
12/10	Aniversário de Emancipação Política de Caetité

### **2.1.1.6 Infraestrutura Material**

Em relação à infraestrutura material do município, existem pontos interessantes a serem ressaltados assim como desafios a serem enfrentados.

Hoje, Caetité, além de possuir um grande potencial mineral, juntamente com as cidades circunvizinhas, sedia o maior parque de energia eólica da América Latina. Há mais de cinco anos o processo de implantação desses parques tem contribuído para uma mudança considerável na rotina e na economia caetiteense. Como o município não dispõe de toda a infraestrutura e de mão de obra especializada para este tipo de atividade, a cidade tem presenciado a chegada e instalação de muitas empresas do ramo da construção e manutenção de parques eólicos que trazem seus especialistas do Brasil e do mundo, além das empresas terceirizadas prestadoras de serviço e consultorias necessárias ao atendimento das condicionantes determinadas pelos órgãos competentes.

A demanda crescente tem contribuído para o fortalecimento dos setores da economia ligados ao comércio e à prestação de serviço. O comércio de Caetité conta, atualmente, com uma variedade de opções no que diz respeito aos gêneros de primeiras necessidades – alimentos, vestuário, calçados, medicamentos, abastecimento de combustíveis, assim como estabelecimentos que oferecem serviços diversos – hotéis, restaurantes, bares, imobiliárias, provedores de acesso à internet banda larga, locadoras de veículos leves e pesados, etc.

Em pleno desenvolvimento também, tem estado o setor de habitação. É nítida a crescente procura e a oferta por imóveis residenciais e comerciais e isso tem refletido na abertura de novos bairros na cidade, como por exemplo o Bosque do Jacaraci e o Bairro Prisco Viana, também conhecido como Escola Agrícola, assim como na procura por lotes de terra na zona rural próxima a cidade. Muitas famílias tem buscado melhor qualidade de vida em residências rurais com acesso à infraestrutura presente na cidade: água encanada, luz, telefone, internet, etc. A cerca disso não se pode deixar passar despercebida supervalorização e a especulação imobiliária existente em Caetité atualmente, já que este fato, de certa

forma, dificulta o acesso das famílias mais carentes à casa própria, a não ser por meio dos programas sociais aos quais se destina este público.

Um outro aspecto a ser considerado, devido à sua relevância é o acesso do município aos meios de comunicação. A última década foi testemunha do despontar de muitos meios de comunicação locais, entre estes se destacam as rádios e os sites de notícias e os jornais, revistas e periódicos impressos de grande circulação local e regional. Tem sido cada vez mais comum, a cobertura jornalística dos eventos culturais, políticos, sociais e religiosos do município.

Em si tratando deste último item, ele também tem ocupado lugar importante na sociedade local. Atualmente, além da tradição católica, muitas outras denominações religiosas tem se feito presentes e visíveis na cidade. Destaque especial tem merecido as igrejas evangélicas e os terreiros de candomblé e umbanda, antes escondidos e silenciados pelo preconceito e discriminação.

Sobre o pensamento intelectual caetiteense, este é bem diversificado, a Universidade do Estado da Bahia, a partir de um campus presente na cidade tem sido uma grande difusora do conhecimento gerado a partir do ensino, da extensão e da pesquisa, esta última tem possibilitado o acesso a muitas informações sobre o território, no nosso caso “o Alto Sertão da Bahia”, em sua forma mais ampla, seja em termos quantitativos e mais ainda em termos qualitativos. Tem se buscado escrever a história desde lugar com tudo o que está vinculado a ela, para assim construir-se o presente e o futuro.

Apesar do que foi citado, a cidade ainda tem desafios a serem enfrentados. Muitas são as necessidades materiais da população exemplo disso é o fato de que em plena era da tecnologia e comunicação, o município ainda tem comunidades rurais que não possuem energia elétrica e assim não tem acesso aos benefícios dos meios de comunicação como a televisão, o telefone e a internet.

Ainda falta na cidade um sistema de transporte coletivo que atualmente conta apenas com serviço de táxi e de moto taxi, não dispondo de ônibus coletivos para facilitar a mobilidade urbana. Entende-se o reflexo disso tem sido um crescimento expressivo na frota de motos, carros de passeio e utilitários e sua circulação pelas

ruas da cidade e mais especificamente pelo centro. Isso contribuiu para a implantação da “zona azul” nas avenidas principais.

No contexto de crescimento flutuante da população, o custo de vida tem se elevado além do aceitável para uma cidade de pequeno porte do interior do estado da Bahia, isso tem dificultado a vida da população, principalmente mais carente.

Uma outra preocupação grande tem sido no que se refere aos recursos naturais como a água, muito escassa nessa região. Sendo urgente a adoção de políticas de consumo consciente deste e tantos outros recursos naturais necessários à vida.

## **2.2. ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO**

### **2.2.1. Níveis da Educação: Educação Básica**

#### **2.2.1.1 Educação Infantil**

##### **Diagnóstico**

Em 1988, a Constituição Federal reconhece o direito da criança de até 06 (seis) anos de idade à educação e insere o atendimento a esta faixa etária na educação nacional. Dois anos após, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que reafirma o direito da criança a uma educação plena, com condições de acesso e permanência as instituições de cunho educacional.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, a Educação Infantil é definida como a primeira etapa da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 05 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico e cultural, complementando a ação da família e da comunidade. A lei estabelece também que essa educação deverá ser oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até 03 (três) anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos. Em 2013 a LDB passou por uma reformulação na qual definiu-se algumas regras comuns para a Educação Infantil, avançando na regulamentação da carga horária, da avaliação, da

documentação específica, da frequência mínima exigida e da jornada de atendimento. Neste processo de regulamentação, o Plano Nacional de Educação de 2001 estabelece objetivos e metas para a Educação Infantil, criando o Proinfância, que visa à ampliação de espaços para o funcionamento da Educação Infantil e inclui ações nos Planos de Ações Articuladas, firmando acordos de cooperação entre os governos municipal, estadual e federal.

No município de Caetité, a primeira iniciativa da Educação Infantil foi por parte da entidade não governamental **Associação das Senhoras de Caridade de Caetité**. No final da década de 1990, surgiram as primeiras creches, por iniciativas do poder público municipal, vinculadas à Secretaria de Assistência Social. O atendimento, nas creches, tinha como objetivo oferecer às mães a oportunidade de exercer um trabalho fora de casa, para aumentar a renda familiar, deixando seus filhos nessas instituições.

Atualmente, o município conta com 05 (cinco) creches na zona urbana e 02 (duas) Unidades de Educação Infantil, uma na zona rural que atende a clientela de creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos), e outra na zona urbana que atende a pré-escola. Das cinco creches da zona urbana, uma é mantida pela Associação das Senhoras de Caridade de Caetité e conveniada à Prefeitura do Município. Quatro são mantidas pelo poder público municipal, sendo que estas, a partir de 2008, passaram a ser administradas pela Secretaria Municipal de Educação, em cumprimento à Lei nº. 9.394/96 (LDB), que determina que “as creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas, deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino”.

A Rede Municipal de Ensino possui 21 escolas que atendem alunos de 04 (quatro) 05 (cinco) anos de idade; destas, 05 (cinco) são da zona urbana e 16 (dezesesseis) da zona rural. Já a rede particular de ensino possui 07 (sete) escolas, que atendem alunos da pré-escola e das séries iniciais do Ensino Fundamental. Dessa forma, a evolução da matrícula pode ser acompanhada na tabela abaixo:

**Tabela 07 - Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Caetité, por dependência administrativa 2010 a 2013.**

<b>Anos</b>	<b>Municipal</b>	<b>Particular</b>	<b>Total</b>
<b>2010</b>	1.360	377	1.737
<b>2011</b>	1.519	369	1.888
<b>2012</b>	1.370	524	1.894
<b>2013</b>	1.387	533	1.920

Fonte: MEC/INEP

Conforme os dados acima percebe-se que de 2010 a 2013 houve pequena oscilação da matrícula na Rede Municipal de Ensino, havendo um pequeno declínio em 2012; já na Rede Particular de Ensino houve um crescimento de mais de 140%. Entre vários fatores, houve nesse período, a criação de novas escolas particulares oferecendo preços mais acessíveis à população, o que contribuiu para a elevação de matrícula da Rede particular de Ensino.

**Tabela 08 - Frequência por ano dos nascimentos no município de Caetité**

<b>Nascidos Vivos – Caetité</b>					
<b>Período</b>					<b>Total</b>
<b>Município Residente</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	
<b>Total</b>	629	706	782	744	2.861

Fonte: SINASC

A tabela 08 mostra o número de nascimentos do município de Caetité, entre os anos de 2010 e 2013, apontando um leve crescimento no número de nascidos vivos de 2010 para 2012. Entretanto, no ano de 2013, houve uma pequena queda, percebendo um maior controle de natalidade, que é monitorado pelos trabalhos de acompanhamento da gestante (pré-natal) e Planejamento Familiar, serviços estes

oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde através dos programas: Programa Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde.

**Tabela 09 - Taxa de escolarização da Educação Infantil do município – 2010**

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não – matriculados	Taxa (C) %
Creche (0 a 3 anos)	2.654	327	2.327	12,32%
Pré-escola (4 a 5 anos)	1.476	1.083	393	73,37%
<b>Total (0 a 5 anos)</b>	<b>4.130</b>	<b>1.410</b>	<b>2.720</b>	<b>34,14%</b>

Fontes: IBGE – MEC/INEP

Os dados apresentados em relação à taxa de escolaridade mostram que apenas 34,14% das crianças de zero a cinco anos de idade estão sendo atendidas nas instituições públicas de ensino do município. Esse número mostra que é preciso ampliar a oferta de vagas para contemplar um contingente maior de crianças, conforme prevê a Constituição Federal, a LDB e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Analisando as informações da tabela acima, verifica-se que há um total de 2.327 crianças, na faixa etária de 0 (zero) a 03 (três) anos, e 393 crianças, na faixa etária de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, fora do sistema de ensino do município. Os fatores atribuídos à baixa taxa de escolarização são os seguintes: na zona rural o município não oferece vagas suficientes para atender crianças de zero a três anos de idade, e as escolas que atendem alunos de quatro a cinco anos são insuficientes.

**Tabela 10 - Taxa de escolarização da Educação Infantil no município de Caetité, por localização - 2010.**

Localização	População de 0 a 5 anos (A)	Matrícula (B)	Escolarização %
Urbana	2.554	862	33,75%
Rural	1.563	576	36,85%

Fontes: IBGE – MEC/INEP

Analisando a tabela acima, percebe-se que a taxa de escolarização da Educação Infantil no município de Caetité é extremamente baixa, uma vez que apenas 33,75% e 36,85%, respectivamente zona urbana e rural, frequentam a escola, confirmando os dados da tabela 10.

Por considerar importantíssima esta etapa na vida do educando, o município entende que seja indispensável proporcionar aos profissionais que atuam nas Instituições de Educação Infantil a formação continuada, haja vista a realidade dinâmica e os conhecimentos que não cessam de ser produzidos, tornando-se necessário que esses funcionários estejam permanentemente em busca de novos conhecimentos teóricos e metodológicos que possibilitem o aprimoramento do seu fazer educativo. Vale ressaltar que Formação Continuada é aquela que se estende por toda a vida profissional, entendida como cursos, seminários, grupos de estudos, encontros e palestras. Inclui, ainda, as situações criadas no interior das creches e escolas de Educação Infantil. Pode ocorrer, também, quando são reservados tempo e espaço para reflexão individual e coletiva sobre o trabalho, para estudos, discussões, elaboração de projetos, avaliação e outras estratégias que promovam situações de reflexão sobre temas direta ou indiretamente relacionados à educação, ou ainda, situações de enriquecimento cultural do docente.

**Tabela 11 - Formação dos professores da Educação Infantil – 2014**

Instituições	Formação			
	Ensino Médio	Normal Médio	Superior	Total
Creches da rede Municipal	-	-	08	08
Pré-escola da rede Municipal	05	21	29	55
Creches da rede particular	-	02	05	07
Pré-escola da rede particular	04	13	09	26

Fonte – SME- INEP (Censo Escolar – 2014)

A tabela acima apresenta os dados referentes à formação profissional dos docentes que atuam em creches e pré-escolas da rede pública municipal e privada. Um dado

bastante significativo refere-se aos docentes das creches municipais onde 100% dos professores possuem formação em nível superior. Com relação à pré-escola temos 05 (cinco) professores com formação em nível médio, 21 (vinte e um) em nível normal médio e 29 (vinte e nove) em nível superior.

É notório que a maioria dos professores que trabalham com a Educação Infantil no setor público municipal tem formação em nível superior denotando melhor qualidade das atividades pedagógicas desenvolvidas.

Na esfera particular os dados enfatizam que na modalidade creche há 02 (dois) professores, com nível normal médio e 05 (cinco) professores com nível superior. Já na pré-escola 04 (quatro) professores possuem formação em nível médio, 13 (treze) em nível normal médio e 09 (nove) professores com nível superior. Diante dos dados apresentados, nas escolas particulares predominam os docentes com formação em nível normal médio.

Nas escolas públicas municipais que ofertam a Educação Infantil, a função de direção é exercida por um professor do quadro efetivo, indicado pelo poder público municipal que possua formação em nível superior. E a Coordenação Pedagógica fica a cargo de um profissional devidamente habilitado com curso de pedagogia ou licenciatura.

Faz-se necessário salientar que o profissional atuante nas Instituições de Educação Infantil municipal realize estudos "*lato sensu*" em Educação Infantil e cursos de aperfeiçoamento, a fim de adquirir conhecimentos e habilidades diretamente relacionados a essa faixa etária, pois assim, terá mais elementos para proporcionar experiências diversificadas e atrativas às crianças, concebendo o seu desenvolvimento muito além dos processos cognitivos.

É desejo deste município "construir um modelo de educação infantil realmente comprometido com a promoção social da criança nas diferentes condições concretas de existência", como bem se manifesta Oliveira (1998). Para que tal proposta aconteça, admite-se que cada instituição de Educação Infantil construa seu Projeto Político Pedagógico - PPP coletivamente, a partir de suas opções pedagógicas e curriculares, considerando-se as contribuições de pesquisas existentes na área da Educação Infantil, as quais têm apontado elementos importantes para alcançarmos

um padrão de qualidade na educação de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos. Tal perspectiva implica uma nova concepção de infância, educação, família e sociedade.

A maioria dos estabelecimentos de ensino de Educação Infantil do município não possui estruturas físicas, mobiliários e materiais adequados para atender crianças de zero a cinco anos de idade. Esses espaços foram adaptados para atender as condições mínimas de estrutura determinadas pelo MEC, mesmo assim, o número de educandos atendidos por professores muitas vezes, ultrapassa o recomendado: 20/1 para crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos.

A qualidade crescente que queremos para a Educação Infantil no município implica estabelecer e viabilizar parâmetros básicos de infraestrutura para as instituições de Educação Infantil, pois o espaço físico não apenas contribui para a realização da educação, “mas é em si uma forma silenciosa de ensino”, como afirma Antônio Viñas Frago (1995).

Neste contexto, o município tem demonstrado esforços no sentido de adequar as instalações existentes, para que ofereçam condições compatíveis com os requisitos definidos pelo Plano Nacional de Educação, bem como com os conceitos de sustentabilidade, acessibilidade universal e com a proposta pedagógica.

A educação infantil ofertada no município pauta-se na Constituição Federal, Artigo 205, onde é vista como um direito de todos, inclusive das crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, conforme reforça o artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos de idade”. E conforme o Artigo 7º, inciso XXV dos Direitos Sociais, onde todo trabalhador urbano ou rural tem direito a “assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento, até os 06 (seis) anos de idade em creches e pré-escolas”.

A Lei Orgânica Municipal, no Artigo 157, do Capítulo X, afirma que “é dever do município oferecer o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

A Educação Infantil, na LDB, é considerada a primeira etapa da Educação Básica. Isto se encontra ressaltado no Artigo 29, onde se lê que ela “(...) tem como finalidade

o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Além da LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº. 3.069/90, enfatizam que a Educação Infantil é dever do Estado, sendo necessário o regime de cooperação entre União, Estado e Município. Neste aspecto, salienta-se que o Plano Nacional de Educação dispõe que a União e o Estado devem exercer a ação supletiva junto aos municípios com maiores necessidades técnicas e financeiras, sendo a responsabilidade maior da esfera municipal, que deve cooperar com 10% dos recursos.

Assim sendo, as ações a serem desenvolvidas pelo município, em relação à educação infantil, serão norteadas pelas seguintes **diretrizes**:

- Adequação e ampliação da infraestrutura das creches municipais e escolas que atendam às crianças até cinco anos de idade e construção de novos espaços.
- Qualificação e valorização profissional dos docentes e demais profissionais de apoio que atuam na Educação Infantil.
- Disponibilização de materiais pedagógicos para a Educação Infantil.
- Criação de parcerias entre as instituições de Educação Infantil, as famílias dos alunos e a comunidade local para o desenvolvimento das atividades.
- Garantia de matrícula de crianças com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação na Educação Infantil, assegurando estrutura física, profissionais e materiais didáticos adequados às suas necessidades.
- Integração da Educação Infantil com as políticas de saúde, assistência social, justiça, direitos humanos, cultura, segurança e demais organizações da sociedade civil.

- Disponibilização de equipamentos necessários para a melhoria do funcionamento das instituições de Educação Infantil.
- Ampliação da oferta de matrícula na Educação Infantil para atender crianças de 0 a 5 anos de idade.

### 2.2.1.2 Ensino Fundamental

#### Diagnóstico

A Constituição Brasileira define que o acesso ao ensino fundamental é obrigatório e gratuito e direito público subjetivo: o seu não oferecimento pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, implica responsabilidade de autoridade competente. O Artigo 208 da Constituição Brasileira preconiza, ainda, a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É o básico da formação do cidadão de acordo com a LDB (Lei nº. 9.394/96, Artigo 32), portanto é prioridade oferecê-la a toda a população.

No município de Caetité, o ensino fundamental é ofertado em 45 (quarenta e cinco) escolas, das quais 34 (trinta e quatro) são da rede municipal, 03 (três) da rede estadual e 08 (oito) da rede privada.

**Tabela 12 - Evolução da matrícula da Educação Fundamental no município de Caetité, por dependência administrativa e localização nos anos 2011 a 2014.**

Ano	Municipal	Estadual	Particular	Total
2011	6296	1604	771	8671
2012	6301	1455	903	8659
2013	6038	1329	941	8308
2014	5784	1215	918	7917

Fonte: IBGE para dados da população e MEC/INEP para dados de matrícula.

Os dados da tabela 12 mostram que em sua totalidade, houve um decréscimo de matrícula entre os anos de 2011 a 2014, de 754 alunos. No que se refere à matrícula inicial da rede pública municipal, houve um decréscimo entre os anos de 2011 a 2014 de 512 alunos. Na rede pública estadual houve um decréscimo nos anos de

2011 a 2014 de 389 alunos, na rede privada, a matrícula inicial sofreu um acréscimo entre os anos 2011 a 2014, de 147 alunos.

De forma geral, constata-se que não houve alterações relevantes, no que se refere aos índices de oferta do ensino fundamental nos 4 (quatro) anos citados. Dessa forma, garantiu-se a todos os que procuraram a escola, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito dentro da faixa etária de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos.

Observa-se que a progressiva queda no número de matrículas, no Ensino Fundamental, é indicativo da queda da natalidade e da diminuição do número de crianças de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos em nosso município, tendência observada em todo o país, conforme dados do IBGE.

Atendendo o disposto na Lei nº 9.394/96, as escolas públicas e privadas do município de Caetité têm como carga horária de ensino 800 horas e 200 dias letivos. Atualmente a rede municipal de ensino atende em média 73% da demanda existente no município, oferecendo o ensino fundamental de nove anos, que compreendem Ciclos de ensino, sendo os Anos Iniciais com Ciclo I e Ciclo II (1º ao 5º ano) e Anos Finais (6º ao 9º ano). Das 34 (trinta e quatro) escolas municipais, 26 (vinte e seis) ofertam ensino para os Anos Iniciais de 1º ao 5º ano e 8 (oito) oferecem ensino para os Anos Finais de 6º ao 9º ano. No total, foram atendidos, em 2014, 5.784 alunos, distribuídos em turmas com uma média de 25 (vinte e cinco) a 35 (trinta e cinco) estudantes.

A rede estadual do município atende em média 13% da demanda existente, oferecendo ensino para os Anos Finais, do 6º ao 9º ano. Nas três escolas da rede estadual, foram atendidos, em 2014, 1.215 alunos, distribuídos em turmas, tendo em média de 25 (vinte e cinco) a 35 (trinta e cinco) alunos.

A rede privada de ensino encontra-se organizada em ciclos de ensino, seu atendimento ocorre nos períodos matutino e vespertino. Em 2014 nas 08 (oito) escolas da rede privada, foram atendidos 918 alunos, distribuídos em turmas, tendo em média de 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) alunos.

**Tabela 13 - Percentual de Escolarização da população de 05 a 14 anos, 2000 e 2010**

<b>FAIXA ETÁRIA (ANOS)</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
% de 5 a 6 anos	66,78	93,05
% de 6 a 14 anos	93,02	98,30

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Percebe-se, pelos dados da tabela acima, que houve um aumento de 26,27% no número de matrícula do ano de 2000 para o ano de 2010 entre a população de 5 (cinco) a 6 (seis) anos de idade, sendo assim 6,95% dos alunos com esta faixa etária se encontram fora das instituições de ensino. Se tratando dos alunos com idade de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos foi perceptível um aumento de 5,28% no número de alunos, isso quer dizer que 1,70% de alunos nessa faixa etária estão fora da escola. Em Caetité, a universalização do Ensino Fundamental vem sendo gradativamente atingida. O fato de ainda haver crianças fora da escola não tem como causa determinante o déficit de vagas; está relacionado a situações de marginalidade social em que se encontram alguns segmentos da população.

**Tabela 14 - Nível Educacional da População de 11 a 17 anos, 2000 e 2010.**

<b>FAIXA ETÁRIA (ANOS)</b>	<b>TAXA DE ANALFABETISMO</b>	
	<b>2000</b>	<b>2010</b>
11 a 14 anos	9,13	4,14
15 a 17 anos	8,16	2,74
15 anos ou mais	31,51	20,42

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

Analisando a tabela acima, percebe-se que houve um decréscimo de 4,99 %, em relação ao nível educacional da população de 11 a 14 anos, isso se deve à oferta pública e gratuita da escolarização correspondente aos Anos Finais do Ensino Fundamental. Esse índice representa um reflexo dos programas permanentes de apoio técnico, pedagógico e financeiro aos sistemas públicos estaduais e municipais, garantindo os direitos expressos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no que concerne à educação básica.

**Tabela 15 - Matrícula do Ensino Fundamental do Município de Caetité por distorção idade-série. 2013**

Ano	Dados	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
2010	Nº de alunos matriculados	754	1.303	1.124	1.109	1.105	1.274	1.014	741	792
	% Distorção idade-série	5%	15%	21%	24%	24%	33%	31%	28%	26%
2011	Nº de alunos matriculados	741	1.254	1.085	1.080	1.017	1.184	1.069	748	625
	% Distorção idade-série	5%	12%	21%	23%	25%	32%	30%	28%	25%
2012	Nº de alunos matriculados	916	1.173	1.120	1.046	910	1.086	1.073	756	713
	% Distorção idade-série	5%	10%	19%	23%	24%	32%	29%	26%	25%
2013	Nº de alunos matriculados	783	870	1.353	1.032	958	1.101	877	758	697
	% Distorção idade-série	4%	9%	18%	21%	24%	31%	30%	26%	23%

Fonte: Fonte Censo Escolar/INEP 2013 Qedu.org.br

De acordo com os dados da tabela 15, percebe-se um número relativo de alunos com distorção idade-série. O maior índice é constatado a partir da 6º ano, os principais motivos para isso são: elevado o índice de repetência nas séries iniciais, principalmente 4º e 5º anos e o abandono escolar.

Além de causar sérios problemas ao aluno em seu percurso escolar, ao longo do processo de aprendizagem, a reprovação, ou a simples ameaça desta, é uma das causas de evasão, o que compromete a qualidade da educação pública e leva o aluno à necessidade de permanecer por um tempo maior no respectivo nível de ensino que estiver cursando. Na maioria das vezes, faz com que o aluno se torne desinteressado e desmotivado para aprendizagens futuras, acomodando-se e, conseqüentemente, elevando os índices de jovens despreparados para o mercado de trabalho e com poucas perspectivas de sucesso. A conseqüência maior, porém, se reflete no adolescente nos anos finais do ensino fundamental.

O índice de distorção idade-série é mais expressivo entre o 6º e 7º anos. Nesses anos as taxas de distorção correspondem a uma média de 30%. Como o Ensino Fundamental é formado por Ciclos de Ensino em nove anos, pode perceber uma mudança na realidade de ensino. Como não se conclui a construção do processo de alfabetização e letramento no Ciclo I, que é a etapa em que a criança tem para ser alfabetizada, a reprovação é elevada, pois parte desses alunos ficam retidos, consequentemente aumentando as taxas de distorção idade-série.

Existem 45 (quarenta e cinco) escolas ensino fundamental, das quais 22 (vinte e duas) se localizam no espaço rural. Durante o período de plantio e colheita e quando estão sob o efeito das chuvas, ocorre uma redução da presença dos alunos nas escolas, fato que contribui negativamente no processo ensino-aprendizagem.

**Tabela 16 - Taxas de Rendimento do Diurno - Rede Municipal**

Ano	Etapa Escolar	Reprovação		Abandono		Aprovação	
		%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.
2010	Anos Iniciais	21,8%	1.178	2,1%	113	76,1%	4.109
	Anos Finais	23,2%	887	7,7%	296	69,1%	2.640
2011	Anos Iniciais	22,4%	1.159	1,8%	95	75,8%	3.925
	Anos Finais	21,7%	786	6,6%	240	71,7%	2.601
2012	Anos Iniciais	10,0%	518	1,6%	83	88,4%	4.565
	Anos Finais	21,5%	782	6,5%	236	72,0%	2.611
2013	Anos Iniciais	16%	798	1,3%	64	82,8%	4.135
	Anos Finais	18,5%	634	4,5%	156	77,0%	2.644

Fonte: <http://www.qedu.org.br/>

Na tabela 16, observa-se que, entre os anos de 2010 a 2013, houve um decréscimo considerável em relação à taxa de abandono nos anos iniciais e anos finais do Ensino Fundamental. Também se percebe o acréscimo da taxa de aprovação nas séries iniciais do Ensino Fundamental entre os anos de 2010 a 2013, porém nota-se que entre os anos de 2010 e 2011 houve uma leve diminuição na aprovação e

consequentemente aumento na taxa de reprovação, nos anos finais do ensino fundamental.

A porcentagem de aprovação foi crescente entre os anos de 2010 a 2013 nos anos finais do ensino fundamental, consequentemente as taxas de reprovação foram diminuídas progressivamente. Pode-se atribuir o bom desempenho dos alunos tanto dos anos iniciais quanto dos anos finais à atenção pedagógica, principalmente visando às avaliações externas (ANA, Provinha e Prova Brasil). Outro fator relevante para o bom desempenho dos alunos foram medidas voltadas para formação continuada do professor, com o intuito de possibilitar o aperfeiçoamento pedagógico. Para os gestores, coordenadores pedagógicos e equipe técnica foi oferecido o PROGESTÃO, que representa uma contribuição inovadora no campo da formação continuada e em serviço para dirigentes escolares, na modalidade da Educação a Distância – EAD.

Atualmente está sendo oferecido aos coordenadores pedagógicos curso de pós-graduação em coordenação pedagógica, tendo como objeto de estudo a ação pedagógica do coordenador nas escolas de atuação, assim como a Formação pela Escola, que atende todos os profissionais da educação.

A Secretaria Municipal de Educação de Caetité firmou parceria e aderiu a convênios estaduais e federais para viabilizar ações e mudar o quadro educacional no município identificado como baixo IDEB, conforme tabela:

**Tabela 17 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos Iniciais**

Âmbito de Ensino	Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
	IDEB Observado					Meta
	2005	2007	2009	2011	2013	2021
CAETITÉ Rede Municipal	2.8	3.3	3.5	3.8	4.5	5.3

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado>

**Tabela 18 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Anos Finais**

Âmbito de Ensino	Anos Finais do Ensino Fundamental					
	IDEB Observado					Meta
	2005	2007	2009	2011	2013	2021
CAETITÉ Rede Municipal	-	2.9	2.9	3.5	3.8	4.7

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado>

Conforme os dados das tabelas 17 e 18, nota-se que, em relação aos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Caetité atingiu a meta projetada pelo IDEB.

O sistema municipal de ensino desenvolve ações a partir dos resultados obtidos pelo IDEB, e orienta as unidades escolares em relação à análise dos resultados, porém ainda não é satisfatório os procedimentos adotados.

O ingresso de alunos na rede pública municipal de Caetité ocorre dentro dos padrões indicados pela LDB, em paralelo ao processo de universalização do atendimento escolar na faixa etária obrigatória. Houve ampliação da rede de ensino e expansão do atendimento no ensino fundamental.

Hoje é possível observar que as escolas estão lotadas, porém os problemas relativos à educação tornam-se mais visíveis como: a repetência e, conseqüentemente, a distorção idade-série e a evasão.

Ocorreu, nos últimos anos, melhoria nos índices de evasão promovida pelo Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), que atende crianças da área rural, matriculadas no ensino fundamental, e programas sociais do governo. Esses programas incentivam a entrada e a permanência do aluno na escola, uma vez que um número considerável de faltas implica no corte de recursos, como é o caso da Bolsa Família. Apesar disso, a evasão ainda é realidade em nosso município, principalmente nas áreas rurais e nas séries finais do ensino fundamental, quando os alunos abandonam a escola para trabalhar.

A correção de fluxo não pode ser uma atividade optativa da escola, pois constitui direito subjetivo assegurado a todos os alunos com defasagem idade-ano escolar, e como tal, compete à escola organizar e estabelecer uma proposta específica de atendimento aos alunos com defasagem, a partir de diretrizes preestabelecidas pelo

município. Para tanto, faz-se necessária uma proposta pedagógica que possibilite aos alunos a apropriação dos conhecimentos e das habilidades indispensáveis para a sua reintegração no ano escolar adequado a sua idade; também é necessário diagnosticar o desempenho dos alunos e elaborar uma matriz específica que servirá de base para a construção de um projeto de correção de fluxo da escola.

Muitas vezes o problema da distorção vem de uma alfabetização malfeita. Os alunos apresentam dificuldades em Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental, chegam ao 5º ano sem desenvolver as habilidades básicas de leitura e cálculo.

Visando amenizar o problema de distorção idade-série, o sistema municipal de ensino oferece Educação de Jovens e Adultos, entretanto não atinge este público alvo.

Assim sendo, as **diretrizes** norteadoras do Ensino Fundamental do município baseiam-se na Constituição Federal, na LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no Plano Nacional de Educação, nas Deliberações do Conselho Estadual de Educação e dizem respeito a:

- Universalização do atendimento a toda a clientela do Ensino Fundamental, garantindo o acesso de todas as crianças à escola e sua permanência nela, com sucesso.
- Garantia do atendimento do Ensino Fundamental de nove anos, adequando as escolas, de acordo com as orientações das normas vigentes dos Conselhos Nacional e Estadual ofertando capacitação aos profissionais municipais da educação para a aplicação desta proposta.
- Garantia da inclusão e ampliação do atendimento do Ensino Fundamental de nove anos no Projeto Político-Pedagógico, prevendo recursos físicos, pedagógicos e profissionais para implantação desta proposta e para a correção da distorção idade-ano.
- Implantação de um sistema de avaliação, para diagnosticar o nível de desempenho dos alunos da rede municipal de ensino e desenvolver ações

direcionadas à superação das dificuldades apresentadas, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino.

- Garantia do atendimento, na rede municipal de ensino, aos alunos com defasagem no processo de aprendizagem e com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação, por meio de programas e/ou medidas de acompanhamento psicopedagógico e pedagógico, orientados pela Secretaria Municipal de Educação.
- Promoção de programas de integração entre escola e família, visando efetivar o acompanhamento desta no rendimento escolar de seus filhos.
- Capacitação continuada aos profissionais da educação da rede municipal de ensino, através de cursos, seminários, oficinas, grupos de estudo e palestras.
- Garantia da participação da comunidade na gestão das escolas da rede pública municipal, instituindo conselhos escolares, nas unidades escolares municipais, onde não existe colegiado.
- Promoção de cursos de capacitação, seminários e palestras com temas que tratem sobre o papel da comunidade na gestão democrática, cidadania, entre outros, para os membros dos Colegiados Escolares.
- Garantia da participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na construção e revisão do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar das instituições de ensino da rede municipal, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Proposta Curricular em vigência para o Ensino Fundamental.
- Desenvolvimento de projetos pedagógicos com temáticas diversificadas nas escolas da rede municipal de ensino.
- Ampliação e adequação do espaço físico das bibliotecas das escolas da rede municipal de ensino.

- Adequação da estrutura física interna e externa das escolas da rede municipal de ensino, principalmente a superação das barreiras arquitetônicas, permitindo a acessibilidade aos alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação.
- Garantia do ingresso dos professores de todas as áreas de atuação, com formação específica, para atuar nas escolas da rede municipal de ensino.

### **2.2.1.3 Ensino Médio**

#### Diagnóstico

O Ensino Médio, etapa conclusiva da Educação Básica, tem por finalidade, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), promover a formação integral do educando, preparando-o para o exercício da cidadania, para o prosseguimento dos estudos e para a inserção no mundo do trabalho, formando, dessa forma, cidadãos autônomos e atuantes na sociedade.

Tendo prevista por lei uma duração mínima de três anos, este segmento de ensino visa consolidar, aprofundar e ampliar os conhecimentos adquiridos pelos educandos no Ensino Fundamental. A metodologia proposta é baseada nos princípios pedagógicos da interdisciplinaridade e da contextualização, apresentando ao educando aspectos teórico-práticos dos conhecimentos, assegurando as dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais dos conteúdos, possibilitando assim, uma aprendizagem significativa, de modo a exercitar o pensamento crítico e a autonomia intelectual.

No município de Caetité, a rede municipal de ensino não oferta esta modalidade, apenas dá o suporte e apoio necessário como a disponibilização de funcionários, professores e transporte escolar. O Ensino Médio é ofertado por 05 instituições de ensino, das quais 04 são da rede estadual: Instituto de Educação Anísio Teixeira, Colégio Estadual Tereza Borges de Cerqueira, Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo – CETEP e Colégio Estadual Pedro Atanásio – CEPAG; e 01 da rede privada: Colégio da Cooperativa Educacional de Caetité –

COOPEC. Além de duas extensões na zona rural nos distritos de Brejinho das Ametistas e Pajeú dos Ventos.

**Tabela 19 - Matrícula do Ensino Médio: 2009-2014**

<b>MATRÍCULA DO ENSINO MÉDIO DO MUNICÍPIO DE CAETITÉ/BA</b>						
<b>Dependência</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>ESTADUAL</b>	1812	1839	1996	1922	1835	1813
<b>MUNICIPAL</b>	-	-	-	-	-	-
<b>PRIVADA</b>	179	196	214	206	170	131

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>

Os dados apresentados nas tabelas acima, referentes às matrículas das escolas de ensino médio, em Caetité, trazem informações relevantes e mostram que a quantidade de vagas oferecidas nessas instituições é suficiente para atender a demanda do alunado, entretanto o número de matrículas sofre oscilações de um ano para o outro. A participação da rede privada é pequena em comparação com a grande fatia da rede estadual.

Entre os anos de 2009 e 2011 houve um crescente aumento nas matrículas nas redes estadual e privada. E uma queda nos dois anos seguintes.

A Secretaria de Educação do Estado oferece desde 2008, projetos como: FACE (Festival da Canção Estudantil), TAL (Tempos de Arte Literária), AVE (Artes Visuais na Escola), JA (Juventude em Ação) e JERP (Jogos Estudantis) que promovem ações de incentivo à cultura, à educação ambiental, à música ao esporte e ao lazer no âmbito do espaço escolar de modo articulado ao currículo e contribuem para o fortalecimento de uma prática pedagógica significativa e interdisciplinar, além de diminuir os índices de evasão escolar. Como também dos projetos que estão na pauta permanente de trabalho das escolas.

Para garantir a conclusão do Ensino Médio para aqueles alunos que não puderam realizar no tempo apropriado, são oferecidas algumas possibilidades como o Exame Supletivo (CPA) e a certificação do ENEM. Os exames supletivos são realizados no

Estado da Bahia pelas Comissões Permanentes de Avaliação (CPA), autorizadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). O funcionamento das Comissões também é regulamentado pela Resolução CEE nº 138/2001 e Portaria SEC nº 12.235/2002.

A idade mínima para realização dos exames segue as anunciadas na LDB: 15 (quinze) anos para o ensino fundamental e 18 (dezoito) anos para o ensino médio. O candidato poderá se inscrever nos Centros de Educação de Jovens e Adultos e prestar os exames mensais: no máximo de 03 (três) componentes curriculares para o ensino fundamental e 04 (quatro) componentes curriculares para o ensino médio. Em Caetité, este exame é oferecido pelo IEAT - Instituto de Educação Anísio Teixeira.

O participante do ENEM interessado em obter certificado de conclusão do Ensino Médio deverá: possuir 18 (dezoito) anos completos até a data de realização da primeira prova do ENEM e atender aos seguintes requisitos: atingir o mínimo de 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos em cada uma das áreas de conhecimento do exame e 500 (quinhentos) pontos na redação e ter solicitado a certificação pelo ENEM no ato da inscrição, tendo requisitado recebimento do certificado através da Secretaria da Educação do Estado. A participação de nossos alunos do Ensino Médio no ENEM também tem contribuído para o ingresso ao Ensino Superior, embora de forma pouco expressiva.

Na tabela 20 podemos observar os resultados do ENEM 2013 nas escolas de Caetité, ressaltando a distância entre educação pública e privada:

**Tabela 20 - Resultado do ENEM por escola – Caetité - 2013.**

ESCOLA	Taxa de participação	Participantes	PONTUAÇÃO				
			Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Linguagens e Códigos	Matemática	Redação
Centro Territorial de Educação Profissional do Sertão Produtivo	70,40%	88	500	450	479	495	530
Colégio da Cooperativa Educacional de Caetité	91,84%	45	598	529	550	637	624
Instituto de Educação Anísio Teixeira	68,33%	82	524	457	488	518	591

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2013). Organizado por Meritt (2015)

De acordo com os dados da tabela acima, é visível que há uma distância muito grande entre os resultados do ENEM obtidos pelas redes estadual e particular, o que evidencia a diferença no nível de aprendizagem entre esses dois segmentos. Esses resultados são usados por algumas faculdades para o ingresso no ensino superior de alunos que obtêm bolsas de acordo com esses resultados ou pelo PROUNI.

Para ressignificar o Ensino Médio muitos são os desafios que se apresentam para alunos e professores das escolas públicas. Garantir acesso e permanência dos alunos em sala de aula, oferecer ensino de qualidade, incluir os alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação, ofertar mais oportunidades no mercado de trabalho, diminuir taxas de abandono e reprovação como podemos analisar os dados na tabela 21.

**Tabela 21 - Taxas de Rendimento (2013)**

Etapa Escolar	Reprovação		Abandono		Aprovação	
	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.
1º ano EM	28,0%	218	7,8%	61	64,2%	498
2º ano EM	10,7%	56	6,1%	32	83,2%	429
3º ano EM	8,9%	51	3,2%	19	87,9%	497

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Censo Escolar 2013, Inep. Organizado por Meritt.

Nota-se, pelos dados acima, que o índice de aprovação no ensino médio durante o ano de 2013 elevou, e que as taxas atuais de abandono e reprovação registram uma diminuição considerável.

Para compreender a diferença entre a quantidade de alunos que ingressam nas primeiras séries do ensino médio, em relação aos que conseguem concluí-lo, deve-se avaliar a existência de uma realidade que está ligada à necessidade desses jovens de ingressarem muito cedo no mercado de trabalho; fato mais perceptível na rede estadual e de forma mais acentuada no noturno. Soma-se ainda a falta de perspectiva no que diz respeito à continuidade dos estudos em áreas de interesse dos alunos, além das questões pessoais, familiares, sociais, entre outros.

Por isso, o Ministério da Educação propõe programas, projetos e ações destinadas à melhoria da qualidade de ensino oferecido pelo Ensino Médio. Dentre essas iniciativas, destacamos: O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), o Plano de Ações Articuladas (PAR), o Ensino Médio articulado à educação profissional, as feiras de Ciências, os programas de transferência de renda, transporte escolar e alimentação escolar.

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio na perspectiva da Educação Integral. O ProEMI compreende que as ações propostas inicialmente incorporadas ao currículo escolar, ampliando o tempo dos estudantes na escola e a diversidade de práticas pedagógicas, atendendo às necessidades e expectativas em prol da equidade social e racial na educação. No município de Caetité, o ProEMI é oferecido pelo Colégio Estadual Tereza Borges de Cerqueira e pelo Instituto de Educação Anísio Teixeira.

No município não é oferecido o Emitec - Ensino Médio com Intermediação Tecnológica e não existe mais o Programa estruturante Ensino Médio EM-Ação. Este último foi substituído pelo Pacto pelo Ensino Médio que consiste em uma parceria do Ministério da Educação (MEC) com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, intermediada pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT), que tem como objetivo promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pe-

dagógicos que atuam no Ensino Médio público, nas áreas rurais e urbanas, em consonância com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012).

Na Bahia, o Pacto funda seus pilares ancorado na política de formação continuada de professores da Secretaria da Educação do Estado, reconhecendo a escola como locus de formação, valorizando e ressignificando o Projeto Político Pedagógico da escola e o espaço da Atividade Complementar (AC) como instrumentos do planejamento, execução e aprimoramento da práxis docente.

O município dispõe de novas tecnologias de informação, como: laboratórios de informática, TVs e acesso à internet, mas funcionando de maneira bastante precária ou mesmo nem funcionando. Outras ações integradas a Secretaria de Saúde e em parceria com a 24ª DORES, como as campanhas nacionais de vacinação nas escolas ou encaminhamento de alunos aos serviços de Assistência Social a pedido das escolas. Para garantir a matrícula da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos na idade e tempo apropriados no Ensino Médio, o município oferece o Programa Tempo Juvenil nas escolas estaduais: Instituto de Educação Anísio Teixeira e Seminário São José garantindo a conclusão do Ensino Fundamental em dois anos.

**Tabela 22 - Distorção idade-série - Ensino Médio – Caetité - 2013.**

<b>Nome da Escola</b>	<b>Distorção Idade-Série</b>
COLEGIO DA COOPERATIVA EDUCACIONAL DE CAETITE	8%
COLEGIO ESTADUAL TEREZA BORGES DE CERQUEIRA (EE)	62%
INSTITUTO DE EDUCACAO ANISIO TEIXEIRA (EE)	32%
CENTRO TERRITORIAL DE EDUCACAO PROFISSIONAL DO SERTAO PRODUTIVO (EE)	37%
EE - COLEGIO ESTADUAL PEDRO ATANASIO GARCIA DIST DE MANIACU	59%

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Inep, 2013. Organizado por Meritt, 2014

No Instituto de Educação Anísio Teixeira e no Colégio Tereza Borges de Cerqueira existem ações para minimizar as taxas de evasão e a repetência como a Progressão parcial e a Ressignificação da Dependência. A Ressignificação da Dependência foi implantada na Rede Estadual em 2008, com vistas ao enfrentamento da distorção idade/ano/série (presente em nosso município segundo a tabela 22) e do abandono escolar, proporcionando aos educandos a continuidade de sua trajetória educacional.

No município, o ensino médio é ofertado pelas redes estadual e privada de ensino. As metas e objetivos propostos neste Plano buscam, no âmbito municipal, a articulação e a reflexão dos administradores públicos, dos gestores, dos profissionais da educação e das instituições formadoras, visando atingir uma melhor qualidade de ensino, um compromisso com a expansão da oferta e a ampliação das condições de acesso a esta etapa de ensino.

Assim sendo, as ações a serem desenvolvidas pelo município, em relação ao ensino médio, serão norteadas pelas seguintes **diretrizes**:

- Apoio aos projetos extracurriculares que visam à melhoria da qualidade de ensino.
- Incentivo às capacitações dos profissionais da educação.
- Apoio aos projetos de integração social dos alunos com a comunidade.
- Incentivo às atividades de troca de experiência entre instituições estaduais, particulares e municipais.
- Articulação, junto ao Estado, para readequação, construção e ampliação dos espaços físicos das escolas.
- Articulação, junto ao Estado, para a oferta do Ensino Médio no campo.
- Apoio aos projetos de implantação do Ensino Médio Profissionalizante.
- Articulação, junto às empresas, para o oferecimento de vagas para estagiários.

- Utilização dos meios de comunicação oferecidos pela cidade (rádios, sites, jornais, panfletos), bem como a melhoria das relações interpessoais além das institucionais para uma formação consciente dos educandos como profissionais.
- Busca de parcerias no sentido de motivar os educandos para obter vagas no mercado de trabalho, através de estágios remunerados e outras formas (jovens aprendizes).

## **2.3. MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS**

### **2.3.1 Educação Especial**

*O trabalho na diversidade começa pelo reconhecimento das diferenças e na paridade de direitos que, na escola, traduzem-se como aprendizagem e participação e não apenas como presença física nesta ou naquela modalidade de atendimento educacional. (EDLER CARVALHO, 2010)*

#### **Diagnóstico**

Sabe-se que a educação é uma prática social e precisa ser entendida utilizando-se de um suporte teórico para que possa se desenvolver e atender as necessidades sociais de forma eficaz.

Diante dessa realidade, o Brasil, ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos proclamada em 1990, e com os postulados da Conferência Mundial sobre necessidades educacionais especiais realizada em Salamanca, na Espanha em 1994, optou pela construção de um sistema educacional inclusivo priorizando o acesso e a qualidade.

Nesse âmbito, é mister salientar o conceito dado à educação especial pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei número 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu Artigo 58: "Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais".

Nesse viés, no texto das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, promulgado pela Resolução número 2/2001, tal conceito é ampliado visto que a educação especial é demarcada em seu Artigo 03:

*Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.*

Assim, a educação especial passa a ser inserida no contexto atual com a finalidade claramente pedagógica, atrelada à oferta de educação regular, além de assegurar recursos para a obtenção de um bom desempenho das pessoas envolvidas nesse processo.

Não obstante, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007) aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário em seu Artigo 24, § 1º determina que os Estados devam: [...] assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo da vida [...].

Dessa forma fica evidente a transversalidade da legislação, uma vez que perpassa por todos os níveis da educação escolar, tanto a básica quanto a superior promovendo o direito pleno, equitativo e o respeito por sua dignidade.

O papel da Educação Especial assume a cada dia maior importância, no sentido de atender às crescentes exigências da sociedade em busca da democracia. Esta só se concretiza na medida em que todas as pessoas, sem discriminação, têm acesso à educação, sentindo-se participantes da sociedade.

Portanto, o avanço dos direitos humanos e o estabelecimento de uma legislação específica vêm assegurando direitos individuais e sociais as pessoas com deficiência, possibilitando uma evolução de conceitos na sociedade que, de maneira sintética, significam direito à vida, a liberdade, segurança, saúde, educação e

acesso à informação. Isso tem contribuído para um reconhecimento da igualdade de direitos, em substituição à postura assistencialista que predominou por muito tempo.

Ao assumir os princípios da inclusão como marco político, ideológico, social, cultural e pedagógico o Brasil estabeleceu um compromisso na busca de caminhos para garantir o direito de TODOS à educação. Isso significou, antes de tudo, um pacto com os grupos sociais, historicamente excluídos pela sua condição da deficiência ou por apresentar padrões de comportamento e de aprendizagem diferenciados.

Neste contexto, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva - MEC/2008 orienta os sistemas de ensino para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes, em classes comuns, bem como os serviços da Educação Especial.

No Município de Caetité esta modalidade de ensino é recente e ganhou expressão a partir de 2009, quando se deu a implantação do Centro Estadual de Educação Especial de Caetité - CEEEC. Anteriormente, às pessoas com deficiências e transtornos globais de desenvolvimento, eram atendidas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE.

Em 2008 o Colégio Estadual Professora Ielita Neves Cotrim Silva, vivenciou um processo de auto avaliação, de discussões e debates com a participação da comunidade escolar, representantes da Diretoria Regional de Educação – DIREC/24 e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, visando a otimização e a ressignificação do espaço físico da Instituição de Ensino que estava subutilizado.

Os debates culminaram na elaboração de uma nova proposta pedagógica para o ano de 2009, tendo como foco a Educação Especial, ofertando o Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Além do Atendimento Educacional Especializado oferecido pelo CEEEC, a rede municipal de ensino conta com seis profissionais da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, dando suporte aos alunos surdos; e quatro profissionais para o AEE dos demais estudantes público alvo da Educação Especial.

Também são feitas palestras, reuniões e oficinas para as famílias e a comunidade escolar, garantindo assim a participação destes envolvidos nas discussões sobre a inclusão.

Esses alunos são identificados através de fichas elaboradas pela Coordenação da Educação Especial da rede municipal de ensino, por meio de relatórios elaborados pelos profissionais da saúde e dos relatórios dos professores dos referidos alunos. Sendo assim, a rede municipal de ensino procura atender as demandas dos educandos com deficiência em igualdade de condições com os demais alunos do ensino regular.

**Tabela 23 - Matrículas da Educação Especial no Município de Caetité 2014**

	Etapas da Educação Básica				Total
	Ed. Infantil	Séries Iniciais do E.F.	Séries Finais do E.F.	Ensino Médio	
Deficiência Visual	02	15	20	03	<b>38</b>
Deficiência Intelectual	06	90	15	03	<b>114</b>
Deficiência Física	04	13	03	03	<b>23</b>
Deficiência Auditiva/Surdez	-	08	05	01	<b>14</b>
Deficiência Múltipla	02	04	-	-	<b>06</b>
Altas Habilidades/Superdotação	-	-	-	-	-
Transtornos Globais do Desenvolvimento	05	05	01	-	<b>11</b>
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>135</b>	<b>44</b>	<b>10</b>	<b>208</b>

Fonte: MEC/INEP

Conforme os dados da tabela acima percebe-se que o maior número de matrícula concentra no Ensino Fundamental das Séries Iniciais. E, a predominância na Deficiência Intelectual.

**Tabela 24 - Matrículas da Educação Especial – Atendimento Educacional Especializado – AEE, no Município de Caetité 2014.**

Deficiência Visual	<b>12</b>
Deficiência Intelectual	<b>54</b>
Deficiência Física	<b>1</b>
Deficiência Auditiva/Surdez	<b>16</b>
Deficiência Múltipla	-
Altas Habilidades/Superdotação.	-
Transtornos Globais do Desenvolvimento	<b>7</b>
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>

Fonte: MEC/INEP

De acordo os dados da tabela, no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado – AEE, a predominância é na área de Deficiência Intelectual. Vale salientar, que baseado na tabela nº 23, menos de 50% dos alunos matriculados na rede regular de ensino frequenta o AEE.

Assim, as ações a serem desenvolvidas pelo município, em relação à Educação Especial, serão norteadas pelas seguintes diretrizes

- Promoção da inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino.
- Formação de professores e demais profissionais da educação para o atendimento educacional especializado.
- Acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação.
- Articulação entre os setores de educação, saúde, psicologia e assistência social.
- Transversalidade da modalidade de Educação Especial desde Educação Infantil até a Educação Superior.

### **2.3.2 Política da Alfabetização**

#### **Diagnóstico**

*Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de tudo, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade.*  
(Paulo Freire, 1987, p.08)

A Política de Educação instituída no município de Caetité segue com regularidade orientada pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica-SEB/MEC.

Destaca-se que através da Portaria nº 867, de 04 de Julho de 2012, o MEC instituiu o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que objetiva conjuntamente com as secretarias estaduais e distrital de educação, reafirmar e ampliar o compromisso previsto pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007 de alfabetizar as crianças até no máximo, 08 (oito) anos de idade, ao final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Ressalta-se que antes da criação do PNAIC - em 28 de abril de 2011 - a Secretaria da Educação do Estado da Bahia estabelece, por meio de Decreto nº 12.792/11; O Programa Estadual Todos pela Escola, a ser implementado no âmbito do Ensino Fundamental do Sistema Estadual de Ensino, mediante cooperação entre o Estado e Municípios baianos.

No supracitado decreto, ficou estabelecido, em seu Art. 2º, através da Diretriz I, que as ações pedagógicas em prol do processo de alfabetização, devem ser desenvolvidas de forma plena, para que todas as crianças de até 08 (oito) anos de idade, atinjam domínio de competências leitoras e escritoras na área de língua portuguesa e matemática.

Desta forma, vale destacar do Art. 30 das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de Nove Anos, os parágrafos:

*§ 1º Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupções, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.*

*§ 2º Considerando as características de desenvolvimento dos alunos, cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades. (BRASIL, 2010)*

Para materialização das ações, duas propostas pedagógicas foram implantadas e continuam sendo implementadas (Proposta para Alfabetizar Letrando e a Alfabetização Matemática), que contemplem as Diretrizes do Ciclo de Alfabetização, sendo uma ação da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (Pacto Bahia).

O Ensino Fundamental de nove anos ampliou o tempo dos anos iniciais, de quatro para cinco anos, para dar a criança um período mais longo para as aprendizagens próprias desta fase, inclusive da alfabetização,

A rede municipal de ensino de Caetité ao implantar gradativamente, o Ensino Fundamental de nove anos, no período de 2007 a 2009, organizou em “séries”, que classificou de 1ª série Básica e 1ª série Regular, conforme demonstra a tabela abaixo:

**Tabela 25 - Organização do E. F. de 09 anos em Caetité entre 2007 a 2009**

Ciclo de Aprendizagem I	1ª série básica
	1ª série regular
	2ª série
Ciclo de Aprendizagem II	3ª série
	4ª série

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

E a partir de 2010, adota a terminologia “Ano”, dentro de uma perspectiva de ciclo de alfabetização e letramento, com a seguinte estrutura: Cinco anos iniciais do 1º ao 5º ano, com eixo organizador do ciclo de aprendizagem, conforme apresentado na tabela abaixo.

**Tabela 26: Organização do Ciclo de Aprendizagem a partir de 2010**

Organização de Ensino	Idade Cronológica	Ciclo de Aprendizagem
1º ano	6 anos	I Ciclo
2º ano	7 anos	
3º ano	8 anos	
4º ano	9 anos	II Ciclo
5º ano	10 anos	

Fonte: Secretaria de Educação de Caetité, 2015

Desta forma Caetité se adequa a Legislação vigente estabelecidas no país, no que tange a implantação do ensino de 09 (nove) anos em nosso município o que exigiu

uma série de mudanças administrativas, de estrutura das escolas, pedagógicas e financeiras para que esta etapa da educação básica tenha êxito.

Na questão administrativa, além da manutenção do funcionamento das atividades educativas, foi ampliado o número de coordenadores pedagógicos na rede, bem como foi disponibilizado um coordenador para acompanhar o convênio estabelecido com o Pacto Bahia e PNAIC, e um coordenador pedagógico multiplicador para acompanhar e monitorar as atividades desenvolvidas pelo II ciclo de alfabetização e letramento, do 4º (quarto) e 5º (quinto) anos e aquisição de materiais didáticos pedagógicos específicos. Na estrutura das escolas foram feitas reestruturações, reformas e ampliações.

Na questão pedagógica, fez-se necessário a reelaboração da Proposta Pedagógica e atualização e revisão do Projeto Político Pedagógico, adequando a alfabetização de crianças do campo e quilombolas, inclusive com apoio à alfabetização dos alunos com deficiências, matriculados na rede, considerando suas especificidades, no que tange a demanda de alfabetização bilíngue de educandos surdos.

O processo se dá a partir do ensino de sua primeira língua (Língua Brasileira de Sinais), onde o estudante ao chegar à escola, traz linguagem própria e passa a ter o seu primeiro contato com a linguagem dos sinais. O fazer pedagógico da construção e aquisição da língua se dá pelo método visual/espacial, ou seja, através de imagens, de cartões de palavras, pequenos textos, sentenças, sempre utilizando de material concreto.

Os alunos com deficiência que tenham entre 06 (seis) e 08 (oito) anos de idade, são agrupados conforme suas respectivas idades. Os ingressantes com idade superior a 08 (oito) anos, são enturmados mediante orientação e avaliação do professor do Atendimento Educacional Especializado, levando em consideração a necessidades específicas do aluno, suas experiências e aprendizagens, e principalmente a necessidade de convivência com seus pares.

Há ainda um compromisso da Secretaria Municipal de Educação de Caetité, no atendimento às crianças e adolescentes de forma associada, com a implementação das Políticas e Diretrizes para o Desenvolvimento infantil integral e integrado, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Desenvolvimento Social.

O Programa Pacto pelos Municípios, ação do governo do Estado da Bahia, foi lançado em 2011 no município de Caetité, através da adesão do gestor municipal junto à Secretaria Municipal de Educação para atender as crianças do 1º ano do Ensino Fundamental. Assim como a maioria dos municípios baianos, percebeu-se a necessidade de implantação do Programa pelos índices escolares obtidos, tendo em vista que o Pacto tem como objetivo alfabetizar as crianças até os oito anos de idade com o pleno domínio da leitura e da escrita e seu uso social.

O Programa no município atendeu todas as escolas e continuou em 2012, ampliando-se para as turmas de 2º ano do Ensino Fundamental.

Como proposta do Programa, definiu-se que seriam necessários profissionais com perfil de alfabetizador, para formar os professores alfabetizadores, acompanhar e monitorar o trabalho, tendo em vista que para a eficácia do programa essas ações eram inevitáveis.

A Secretaria do Estado, além de capacitar esses profissionais, ofereceu para os alunos kits, contendo caderno de atividades, caderno de jogos, fichas e cartelas, cartazes e livro paradidático, específicos para se trabalhar o material em sala de aula. Além disso, os professores puderam contar também com as propostas didáticas para Alfabetizar Letrando e Alfabetização Matemática. Esta Proposta, diferente da de Linguagem, foi encaminhada para o município em 2013, para fortalecer ainda mais a alfabetização das crianças no campo dos cálculos e raciocínio lógico.

Sabendo que desde 2011, o Estado já trabalhava com o material próprio nas turmas de 1º ano, em 2013, ampliou-se para os demais anos do ciclo de alfabetização. Com a chegada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, programa criado pelo governo Federal, ao perceber a necessidade também de intensificar o trabalho com o ciclo de alfabetização, criando, através da portaria nº. 867, de 4 de Julho de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações que definem suas diretrizes gerais. Dessa maneira,

*O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. (PNAIC, <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>)*

Assim como o Pacto Bahia, o Pacto Nacional se apoiam em ações divididas em eixos: